

FIGUEIRA DA FOZ

Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano

Proposta

Equipa municipal (Divisão de Urbanismo, Departamento de Projetos e Obras e Gabinete de Apoio à Presidência) coordenada por Jorge Carvalho

09/09/2015

ÍNDICE

1. DIAGNOSTICO
2. OBJETIVOS E DEFINIÇÃO DE ESTRATÉGIAS
3. PRIORIDADES DE INVESTIMENTO
4. PLANO DE AÇÃO PARA A MOBILIDADE URBANA SUSTENTÁVEL (PAMUS)
 - a. Diagnostico
 - b. Objetivos e definição de estratégia
 - c. Identificação de investimentos
5. PLANO DE AÇÃO PARA A REGENERAÇÃO URBANA (PARU)
 5. A. BUARCOS (ARU)
 - a. Objetivos estratégicos
 - b. Delimitação territorial
 - c. Modelo habitacional
 - d. Modelo económico
 - e. Proteção do património
 - f. Identificação de investimentos
 5. B. FIGUEIRA, NÚCLEO ANTIGO E BAIRRO NOVO (ARU)
 - a. Objetivos estratégicos
 - b. Delimitação territorial
 - c. Modelo habitacional
 - d. Modelo económico
 - e. Proteção do património
 - f. Identificação de investimentos
 5. C. CABEDELLO (ARU)
 - a. Objetivos estratégicos
 - b. Delimitação territorial
 - c. Modelo habitacional
 - d. Modelo económico
 - e. Proteção do património
 - f. Identificação de investimentos
 5. D. REABILITAÇÃO DE EDIFÍCIOS PRIVADOS
6. RESULTADOS ESPERADOS, FATORES CRÍTICOS E INTERDEPENDÊNCIAS
7. MODELO DE GESTÃO

ANEXOS

- A. PLANTAS
- B. AÇÕES (EM FICHAS PEDU)

Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano - FIGUEIRA DA FOZ

1. DIAGNOSTICO

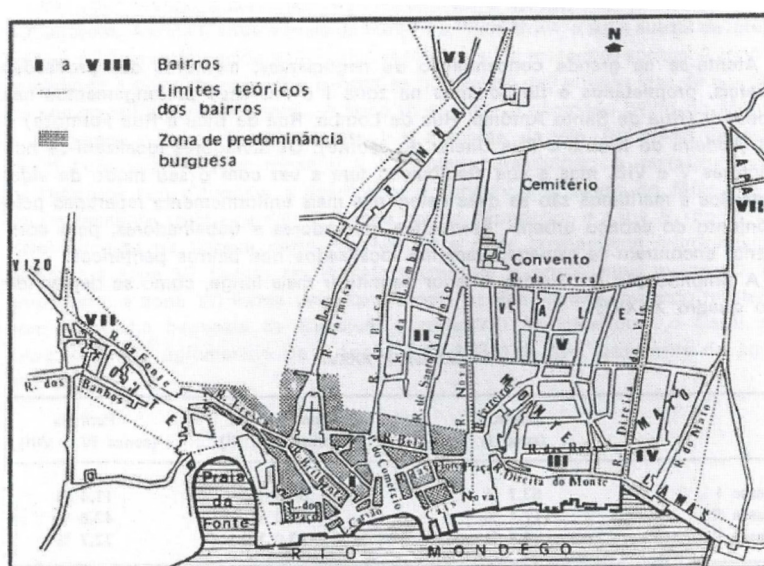
A Cidade da Figueira da Foz foi-se desenvolvendo, tanto no passado como no presente, em estreita ligação com o mar, com a atividade portuária e com a procura turística.

A ocupação inicia-se na enseada de Buarcos, originando a vila com o mesmo nome.



Frente marítima de Buarcos

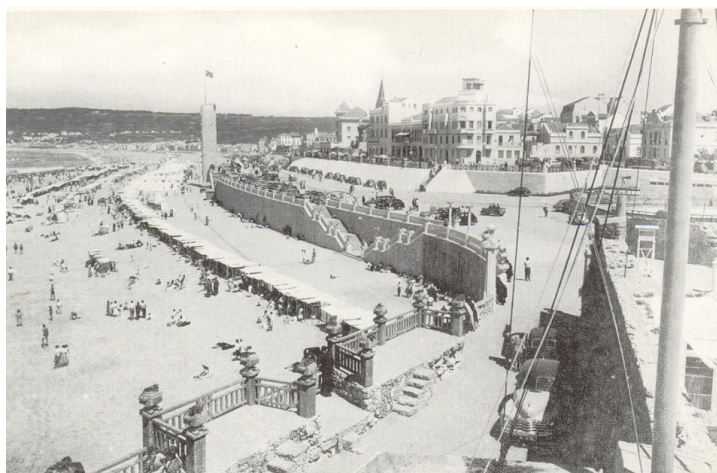
A partir do século XVII desenvolve na foz do Mondego, em S. Julião na Figueira da Foz, referenciada (já no século XVIII) à criação das praças Velha e Nova.



Planta da Figueira da Foz (1838)



No final do século XIX surge o Bairro Novo, na articulação rio/mar, em urbanização de traçado regular, cosmopolita, onde pontuam os casinos. Trata-se de intervenção planeada e unitária, promovida por “Companhia Edificadora da Bairro Novo” criada para tal.



A ocupação urbana foi-se desenvolvendo ao longo da frente ribeirinha e marítima, ligando estes três núcleos entre si.

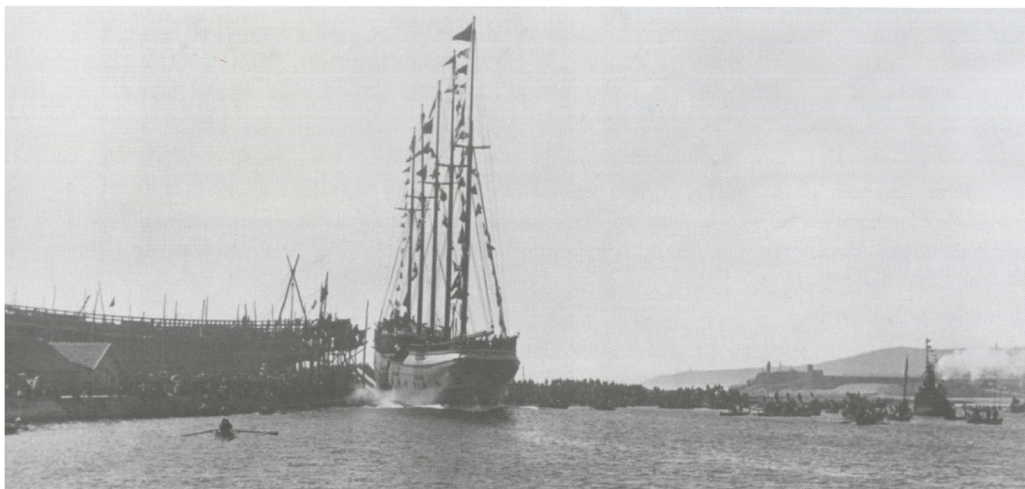
Estende-se para nascente, em traçado também regular, estabelecendo ligação com a estação ferroviária construída em 1882.

Passa pela criação do Jardim Municipal, que liga o Núcleo Antigo da cidade ao Bairro Novo.

Estende-se pela frente marítima, já no século XX, com a construção do Grande Hotel e da Piscina-Praia. Surge mais tarde a Marginal e a Figueira liga-se a Buarcos.

Entretanto, a Cidade também foi crescendo para o interior com destaque para o eixo do vale das Abadias, ao longo do qual é construído um parque verde público.

A zona do Cabedelo, na margem sul do rio Mondego, onde no início século XIX desembarcou o Duque de Wellington, dedica-se à construção e reparação naval e pesca, e está ligada ao povoado da Cova-Gala. A ligação entre as duas margens faz-se através de transporte fluvial.



Bota-abaixo no estaleiro do Cabedelo

A História e o pulsar da Cidade, assim como a sua procura turística continuam a incidir nesta frente ribeirinha e marítima.

Nesta frente centra-se este PEDU, abrangendo:

- A ARU da Figueira, que inclui o Núcleo Antigo e o Bairro Novo (DR, 2ª série, nº 125 de 2 de julho de 2014 – Aviso n.º 7669/2014)
- A ARU de Buarcos (DR, 2ª série, nº 124 de 1 de julho de 2014 – Aviso n.º 7636/2014))
- A recém delimitada ARU do Cabedelo, na outra margem do Mondego, que se pretende seja também incluída nesta intervenção.

O PEDU inclui, então, núcleos de ocupação muito distinta, com algum distanciamento entre si, mas integrados em contínuo urbano. De referir, relativamente a cada núcleo, algumas especificidades que justificam as opções de investimento.

O **Núcleo Antigo** apresenta sinais de degradação e abandono que importa combater, na frente ribeirinha, mas sobretudo em zonas adjacentes mais interiorizadas.

Assim sendo, perspetiva-se intervenção concentrada e integrada para uma área que integra a parte mais antiga da Cidade, com 16 ha e 490 edifícios, estendendo-se desde a zona ribeirinha (doca, via marginal, praças) até à Rua Heróis do Ultramar, 500m a norte.

Esta área constitui um tecido urbano muito denso, servido por ruas estreitas, formando uma malha de ortogonalidade imperfeita. Contém muitos edifícios degradados e/ou devolutos. O

perfil transversal dos arruamentos induz primazia à circulação automóvel, alguns arruamentos estão degradados, o estacionamento é muito escasso.

Apenas a sul o espaço público é abundante: as referidas praças; mas também toda a área marginal, muito alargada com o recuo da doca e as obras de regularização do Mondego, nela predominando a circulação e o estacionamento automóvel.

No topo norte um terreno municipal subaproveitado, confrontante com o referido eixo circulatório, constitui potencial de que importa tirar partido.

A poente/norte a Quinta das Olaias, de grande valor patrimonial, cujo jardim se encontra subaproveitado. Constitui barreira entre a área a intervencionar e o Centro de Artes e o Vale das Abadias, facilmente ultrapassável, ainda mais por se tratar de propriedade municipal.

A intervenção integrada pretendida articula reabilitação de edifícios com estruturação urbana, revisão da mobilidade e qualificação de espaço público, sendo objeto de programa preliminar à frente explicitado.

No **Bairro Novo**, objeto de intervenção recente e muito profunda no espaço público adjacente a Foz do Rio, apenas se prevê a reabilitação de edifícios e, especificamente, o Castelo Engenheiro Silva (para funções de apoio e divulgação turística), o Coliseu Figueirense (edifício privado, e espaço público envolvente) e a reabilitação do Complexo Piscina-Mar.



Castelo Eng.º Silva



Quartel dos Bombeiros Municipais



Antigo edifício da PSP



Coliseu Figueirense



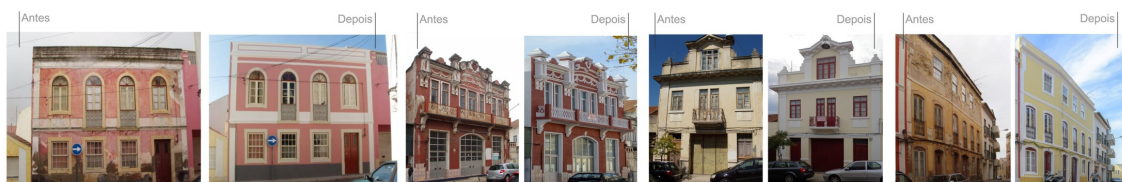
Complexo Piscina Mar

Em **Buarcos** onde já ocorreu a qualificação de parte da Rua 5 de Outubro, com resultados vivenciais muito positivos, verifica-se a necessidade de intervir em espaços públicos pouco qualificados e de grande dimensão, de um e outro lado do Núcleo Histórico, reduzindo/ordenando a presença do automóvel: especialmente no Largo Caras Direitas e na Rotunda do Pescador; mas também no Largo da Tamargueira.



Transversal a estas três áreas é a ocorrência de uma forte presença de segunda habitação (cerca de 40%), a existências de muitos fogos vagos (especialmente na ARU da Figueira, onde atinge os 20%) e a existência de um número muito significativo de edifícios degradados.

A **reabilitação do edificado** e seu efetivo uso têm que ser, então, preocupações primeiras em qualquer processo de regeneração urbana.



A Câmara Municipal tem vindo a notificar os proprietários de imóveis degradados para realizarem obras de conservação (12 na ARU de Buarcos e 329 na ARU da Figueira), sendo que mais de metade cumpriu a notificação (5 na ARU de Buarcos e 190 na ARU da Figueira). O balanço é positivo. Mas importa notar que na maioria dos casos tratou-se apenas da conservação da fachada, sendo que muitas vezes seria necessária uma reabilitação integrada.

No **Cabedelo**, para onde se deslocou entretanto o porto de pesca, verifica-se a existência de edifícios portuários/industriais muito degradados (nomeadamente os antigos estaleiros navais, em ruína) e também, em lugar muito sensível, um parque de caravanismo desqualificado.

O local tem sido objeto de procura turística crescente, com destaque para o associado ao desporto de ondas.

O potencial do local e o seu estado de degradação exigem intervenção profunda.



As áreas mais diretamente destinatárias deste PEDU, mais especificamente as abrangidas pelas ARU, integram cerca de 6 000 residentes e de 6 400 alojamentos, números que, quando comparados, revelam bem a dimensão da segunda residência.

Os cerca de 2 500 edifícios correspondentes incluem usos muito variados, especialmente na ARU da Figueira, que integra duas centralidades da Cidade, a tradicional e a turística.

As áreas assumidas como de intervenção prioritária, ao longo das frentes marítima e ribeirinha, apresentam na sua grande maioria funções não habitacionais no rés-do-chão confrontante com espaço público e habitação nos pisos superiores, modelo que se considera de preservar.

Foi referido, atrás, que todos estes núcleos se integram em contínuo urbano. Pretende-se sublinhar este facto através de uma rede de **mobilidade** que os abranja a todos, assente em modos suaves e especialmente em rede ciclável a utilizar nas deslocações quotidianas.

De notar que a Figueira apresenta características muito favoráveis a este propósito: a orografia plana; a estrutura linear da Cidade; forte tradição do uso da bicicleta; investimento já muito significativo em percursos cicláveis dedicados.

Sendo que a ligação da Figueira à Cova/Gala pela atual ponte é percurso longo à escala da Cidade, pensa-se que à rede de ciclovias poderia associar-se a carreira regular de barcos entre as duas margens, que atualmente não existe.

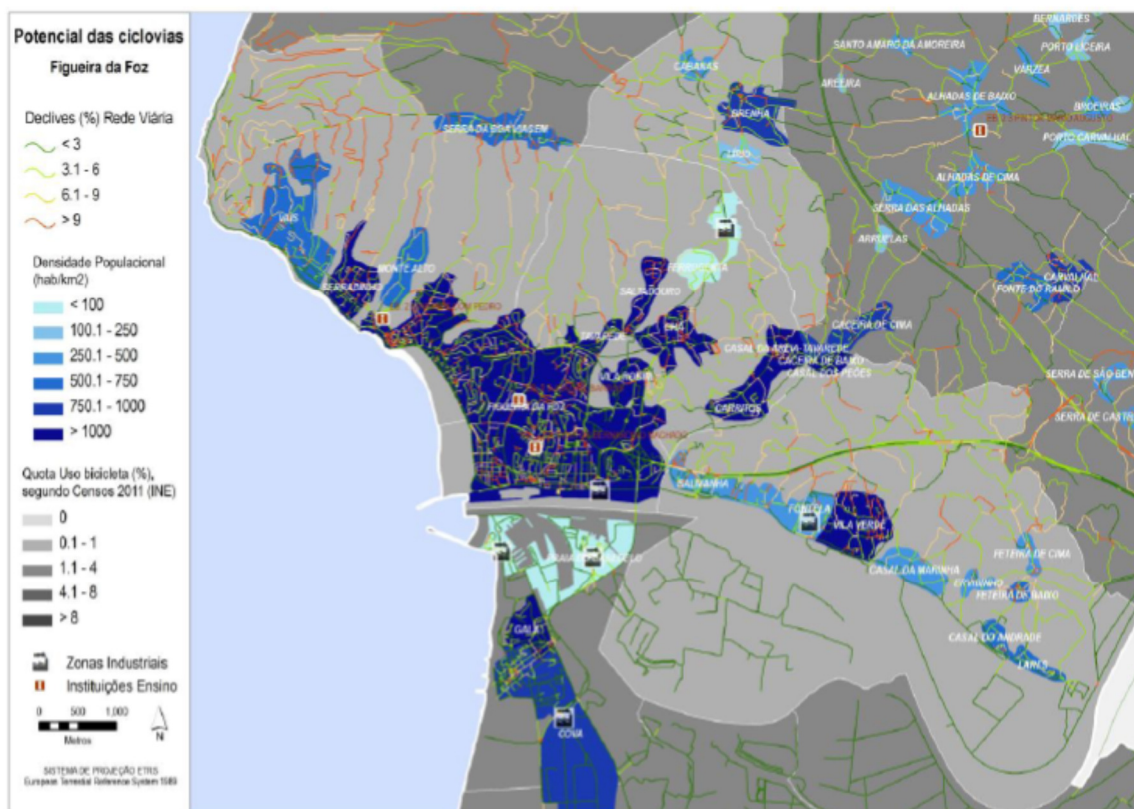


Figura 47 – Distribuição da população, declive da rede viária e quota de utilização da bicicleta no principal núcleo urbano da Figueira da Foz

2. OBJETIVOS E DEFINIÇÃO DE ESTRATÉGIAS

Os objetivos deste PEDU decorrem diretamente do diagnóstico formulado, sendo que em síntese se e de âmbito genérico se podem apontar os seguintes:

- **Reabilitação e uso efetivo dos edifícios:** na globalidade das áreas delimitadas pelas ARU da Figueira e de Buarcos; especialmente nas frentes ribeirinha e marítima e nos edifícios confrontantes com os espaços públicos que foram ou irão ser objeto de qualificação.
- **Qualificação de espaços públicos,** com a contenção e a disciplina da circulação e do estacionamento automóvel, com o reforço do estar pedonal e com a consequente animação vivencial. Este último desígnio, de ações de animação, não consta da candidatura PEDU, mas integra a ação corrente da Câmara Municipal, que a pretende intensificar.
- **Alterar o padrão de mobilidade,** com o aumento da utilização de transportes públicos e de modos suaves nas deslocações quotidianas, reduzindo a sua pegada ecológica. Para tal prevê-se: a promoção da intermodalidade centrada na atual estação; a finalização de uma rede cicável assente em dois eixos que se cruzam, o da frente ribeirinha/marítima e o da Gala/Abadias, integrando este carreira regular de barco “amigos da bicicleta”; a criação de um sistema de bicicletas partilhadas; campanha de informação e sensibilização.

Estes objetivos genéricos, abrangendo uma parte substancial da Cidade, incidem especialmente em três áreas, para as quais se podem apontar objetivos mais específicos.

- **Reabilitação integrada de parte do Núcleo Antigo**, a área que se estende da frente ribeirinha (doca, via marginal, praças existentes desde o século XVIII) até à Rua Heróis do Ultramar, para a qual se pretende articular reabilitação de edifícios e qualificação de espaço público com estruturação urbana e revisão da mobilidade, visando: reforço da vivência das praças e sua aproximação ao Rio; constituição de um polo vivencial no topo norte, realçando a presença de equipamentos; explicitação de vias interiores estruturantes, fazendo prevalecer a função pedonal; ligação pedonal ao Centro de Artes e o Parque das Abadias.

- **Reabilitação integrada da frente marítima de Buarcos**, do Largo dos Caras Direitas ao Largo Tamargueira, onde já ocorreu a qualificação da Rua 5 de Outubro e se prevê agora uma forte qualificação destes dois largos, reabilitando edifícios, disciplinando a presença automóvel, valorizando o estar pedonal e ligando as ciclovias dedicadas existentes de um e outro lado, que assim passará a ter uma extensão de 6,6 km.

- **Reabilitação integrada do Cabedelo**, agora objeto de uma nova ARU, para a qual se pretende: requalificar a zona industrial degradada dos antigos estaleiros, libertar a zona mais sensível (atualmente ocupada por parque caravanista degradado, o qual pode transitar para outro local), destinando-a a uso público de apoio à praia, compatibilizado com alguma naturalização; promover o cluster do mar, com destaque para a atividade de desporto de ondas e para a hotelaria de qualidade; organizar a acessibilidade rodoviária ao local e o consequente estacionamento.

De referir que estes objetivos se integram e estão compatibilizados com os instrumentos de política nacional (PNPOT, PROT, PO Centro e Regime de Reabilitação Urbana) e com os documentos enquadratórios municipais (PDM, PU e ARU delimitadas).

Referenciado especificamente ao Programa Operacional Regional do Centro, o presente PEDU adota as seguintes prioridades de investimento inscritas no respetivo eixo urbano:

PI 4.5. Promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios, nomeadamente as zonas urbanas, incluindo a promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável e medidas de adaptação relevantes para a atenuação.

PI 6.5. Adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas, incluindo zonas de reconversão, a reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução de ruído.

A temática central da estratégia apresentada é a valorização da cidade da Figueira da Foz na sua relação com a frente aquática, visando o incremento global da sua qualidade e competitividade, em grande coerência e sintonia com os domínios temáticos preconizados pelo Portugal 2020, designadamente:

- A promoção de uma maior sustentabilidade energética assente numa economia de baixo carbono, e numa maior eficiência energética nas mais variadas atividades económicas, bem como em modelos e sistemas de transporte ecológicos, de modo a diminuir o peso da emissão de gases com efeito estufa no VAB.
- A inserção em plano de mobilidade urbana sustentável para a Região de Coimbra, que pretende contribuir para as metas e resultados esperados definidos para a Região Centro, no sentido da descarbonização da economia e da sociedade, e da redução de emissões de CO2 e de outros poluentes atmosféricos.
- A modernização, eventual reutilização e requalificação do edificado e do espaço público, através de uma estratégia integrada de desenvolvimento urbano.

As intervenções propostas contribuirão para um aumento da coesão e da competitividade territorial, e para a diminuição das assimetrias, promovendo a qualidade do ambiente urbano e a melhoria das condições de vida das populações.

Sendo a Figueira da Foz um dos principais centros urbanos da Região, com características vincadamente turísticas e uma expressiva influência territorial, foi delineado um plano de ações e iniciativas que irão contribuir para uma estratégia de crescimento inteligente, focalizada no desenvolvimento urbano e económico, potenciando as mais-valias relativas de todo o território. A operacionalização desta estratégia implicará, inevitavelmente, a participação e o envolvimento dos agentes locais e dos *stakeholders* regionais, contribuindo de forma inequívoca para a criação de sinergias e de complementaridades ao nível da Região.

Em conclusão, poder-se-á afirmar que a estratégia proposta mobiliza os objetivos e os desafios lançados pela Estratégia Europa 2020, identificados no Programa Operacional Regional do Centro, integrando um amplo leque de projetos e iniciativas que se consideram essenciais ao desenvolvimento sustentável do Município da Figueira da Foz e da Região.

Como **indicadores** a utilizar na monitorização do PEDU adotam-se os seguintes:

- Para a degradação dos edifícios:
 - Evolução do número de edifícios em mau estado de conservação. A monitorização será efetuada por atualização anual da base de dados relativa aos edifícios degradados, existente no Município.

- Evolução do número de alojamentos vagos. Acompanhamento anual com recurso aos dados estatísticos do INE, e dos consumos de água.
- Para a qualificação do espaço público:
 - Área (expressa em m²) do espaço público objeto de qualificação.
 - Satisfação da população relativa às intervenções expressa no n.º de pessoas que utiliza cada um destes espaços nas várias épocas do ano.
 - Número de eventos que ocorra nestas áreas.

A monitorização será efetuada através da realização de inquéritos aos residentes e visitantes, e com recurso a dados da Divisão de Turismo da Câmara Municipal.
- Para a alteração da mobilidade:
 - Evolução da utilização de transportes públicos e de modos suaves. Acompanhamento e monitorização através de inquérito a realizar junto dos utentes.
 - Consequente estimativa de diminuição dos gases com efeito de estufa, expresso em ton/CO₂. Acompanhamento a realizar através de contratação externa especializada, para monitorização anual da qualidade do ar em cinco locais representativos.
- Para a área do Cabedelo:
 - Grau de cumprimento do Programa Estratégico Preliminar que acompanha a delimitação da ARU, expresso em investimento realizado. O acompanhamento do investimento privado a realizar nesta ARU, será monitorizado pelos Serviços da Câmara Municipal em articulação com a Administração do Porto da Figueira da Foz.
 - Satisfação dos utentes, a avaliar através de inquérito a turistas a realizar oportunamente.

3. PRIORIDADES DE INVESTIMENTO

Enquadram-se, nas páginas seguintes, as diversas intervenções integrantes do PEDU e à frente desenvolvidas e especificadas, no Regulamento Específico (Portaria 57-B/2015) e Programa Operacional Regional do Centro.

M-Mobilidade Urbana Sustentável

Cod	Interv.	Enquadramento PORTUGAL 2020			Enquadramento CENTRO 2020		
		Objetivo Temático (OT)	Prioridade de Investimento (PI)	Reg. Especif. (Portaria 57-B/2015)	Eixo	ID.IP	Tipologias
M1	Melhoria funcional do principal interface intermodal	4. Apoio à transição para uma economia de baixo teor de carbono, em todos os setores (a articular com OT 6)	4.5. Promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios, nomeadamente as zonas urbanas, incluindo a promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável e medidas de adaptação relevantes para a atenuação. (a articular com PI 6.5)	Artº66º-1.c) - Melhoria das soluções de bilhética integrada; e) - Melhoria da rede de interfaces de transportes urbanos públicos coletivos, tendo em especial atenção a qualidade do serviço prestado, as suas acessibilidades aos peões e bicicletas, a sua organização funcional e sua inserção urbana no território	9	4e	. Reforço da integração tarifária multimodal para os transportes públicos e melhoria das soluções de bilhética integrada; . Melhoria da rede de interfaces dos transportes públicos coletivos de passageiros em meio urbano, incluindo intervenções em estacionamento (quando associado às estações ferroviárias ou interfaces de transportes públicos como terminais de autocarros e, simultaneamente, na periferia de centros urbanos), a sua organização funcional e a sua inserção urbana no território, tendo em vista o reforço da utilização do transporte público urbano coletivo de passageiros e dos respetivos modos suaves.
M2	Sistema de oferta de bicicletas partilhadas	4. Apoio à transição para uma economia de baixo teor de carbono, em todos os setores (a articular com OT 6)	4.5. Promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios, nomeadamente as zonas urbanas, incluindo a promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável e medidas de adaptação relevantes para a atenuação. (a articular com PI 6.5)	Artº66º-1.g) - Estruturação de corredores urbanos de procura elevada, nomeadamente, priorizando o acesso à infraestrutura por parte dos transportes públicos e dos modos suaves, criando nomeadamente corredores específicos "em sítio próprio"	9	4e	Investimento em corredores urbanos de procura elevada, em ciclovias ou vias pedonais(excluindo as que tenham fins de lazer como objetivo principal), e em modos de transporte não motorizados para uso público, como bicicletas
M3	Solução de bilhética integrada	4. Apoio à transição para uma economia de baixo teor de carbono, em todos os setores	4.5. Promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios, nomeadamente as zonas urbanas, incluindo a promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável e medidas de adaptação relevantes para a atenuação.	Artº66º-1.c) - Melhoria das soluções de bilhética integrada;	9	4e	. Reforço da integração tarifária multimodal para os transportes públicos e melhoria das soluções de bilhética integrada;
M4	Campanha para uma mobilidade sustentável	4. Apoio à transição para uma economia de baixo teor de carbono, em todos os setores (a articular com OT 6)	4.5. Promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios, nomeadamente as zonas urbanas, incluindo a promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável e medidas de adaptação relevantes para a atenuação. (a articular com PI 6.5)	Artº66º-1.h) -Adoção de sistemas de informação aos utilizadores em tempo real..	9	4e	Adoção de sistemas de informação aos utilizadores em tempo real.
M5.1	Troço a norte da Rotunda do Pescador	4. Apoio à transição para uma economia de baixo teor de carbono, em todos os setores (a articular com OT 6)	4.5. Promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios, nomeadamente as zonas urbanas, incluindo a promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável e medidas de adaptação relevantes para a atenuação. (a articular com PI 6.5)	Artº66º-1.b) - Construção de ciclovias ou vias pedonais, excluindo as que tenham fins de lazer como objetivo principal, podendo exigir a eliminação de pontos de acumulação de acidentes que envolvam peões e ciclistas.	9	4e	Investimento em corredores urbanos de procura elevada, em ciclovias ou vias pedonais(excluindo as que tenham fins de lazer como objetivo principal), e em modos de transporte não motorizados para uso público, como bicicletas

Cod	Interv.	Enquadramento PORTUGAL 2020			Enquadramento CENTRO 2020		
		Objetivo Temático (OT)	Prioridade de Investimento (PI)	Reg. Específ. (Portaria 57-B/2015)	Eixo	ID.IP	Tipologias
M5.2	Troço norte interior às muralhas de Buarcos	4. Apoio à transição para uma economia de baixo teor de carbono, em todos os setores (a articular com OT 6)	4.5. Promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios, nomeadamente as zonas urbanas, incluindo a promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável e medidas de adaptação relevantes para a atenuação. (a articular com PI 6.5)	Artº66º-1.b) - Construção de ciclovias ou vias pedonais, excluindo as que tenham fins de lazer como objetivo principal, podendo exigir a eliminação de pontos de acumulação de acidentes que envolvam peões e ciclistas.	9	4e	Investimento em corredores urbanos de procura elevada, em ciclovias ou vias pedonais(excluindo as que tenham fins de lazer como objetivo principal), e em modos de transporte não motorizados para uso público, como bicicletas
M5.3	Largo da Tamargueira	4. Apoio à transição para uma economia de baixo teor de carbono, em todos os setores (a articular com OT 6)	4.5. Promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios, nomeadamente as zonas urbanas, incluindo a promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável e medidas de adaptação relevantes para a atenuação. (a articular com PI 6.5)	Artº66º-1.b) - Construção de ciclovias ou vias pedonais, excluindo as que tenham fins de lazer como objetivo principal, podendo exigir a eliminação de pontos de acumulação de acidentes que envolvam peões e ciclistas.	9	4e	Investimento em corredores urbanos de procura elevada, em ciclovias ou vias pedonais(excluindo as que tenham fins de lazer como objetivo principal), e em modos de transporte não motorizados para uso público, como bicicletas
M5.4	Troço da Tamargueira ao nó a norte	4. Apoio à transição para uma economia de baixo teor de carbono, em todos os setores (a articular com OT 6)	4.5. Promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios, nomeadamente as zonas urbanas, incluindo a promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável e medidas de adaptação relevantes para a atenuação. (a articular com PI 6.5)	Artº66º-1.b) - Construção de ciclovias ou vias pedonais, excluindo as que tenham fins de lazer como objetivo principal, podendo exigir a eliminação de pontos de acumulação de acidentes que envolvam peões e ciclistas.	9	4e	Investimento em corredores urbanos de procura elevada, em ciclovias ou vias pedonais(excluindo as que tenham fins de lazer como objetivo principal), e em modos de transporte não motorizados para uso público, como bicicletas
M6	Percurso Marina da Figueira/Gala	4. Apoio à transição para uma economia de baixo teor de carbono, em todos os setores (a articular com OT 6)	4.5. Promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios, nomeadamente as zonas urbanas, incluindo a promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável e medidas de adaptação relevantes para a atenuação. (a articular com PI 6.5)	Artº66º-1.b) - Construção de ciclovias ou vias pedonais, excluindo as que tenham fins de lazer como objetivo principal, podendo exigir a eliminação de pontos de acumulação de acidentes que envolvam peões e ciclistas.	9	4e	Investimento em corredores urbanos de procura elevada, em ciclovias ou vias pedonais(excluindo as que tenham fins de lazer como objetivo principal), e em modos de transporte não motorizados para uso público, como bicicletas. (barcos não previstos na tipologia do Centro2020)
M7	Percurso Estação/Vila Verde	4. Apoio à transição para uma economia de baixo teor de carbono, em todos os setores (a articular com OT 6)	4.5. Promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios, nomeadamente as zonas urbanas, incluindo a promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável e medidas de adaptação relevantes para a atenuação. (a articular com PI 6.5)	Artº66º-1.b) - Construção de ciclovias ou vias pedonais, excluindo as que tenham fins de lazer como objetivo principal, podendo exigir a eliminação de pontos de acumulação de acidentes que envolvam peões e ciclistas.	9	4e	Investimento em corredores urbanos de procura elevada, em ciclovias ou vias pedonais (excluindo as que tenham fins de lazer como objetivo principal), e em modos de transporte não motorizados para uso público, como bicicletas.

Cod	Interv.	Enquadramento PORTUGAL 2020			Enquadramento CENTRO 2020		
		Objetivo Temático (OT)	Prioridade de Investimento (PI)	Reg. Específ. (Portaria 57-B/2015)	Eixo	ID.IP	Tipologias
M8	Percurso ciclável das Abadias	4. Apoio à transição para uma economia de baixo teor de carbono, em todos os setores (a articular com OT 6)	4.5. Promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios, nomeadamente as zonas urbanas, incluindo a promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável e medidas de adaptação relevantes para a atenuação. (a articular com PI 6.5)	Artº66º-1.b) - Construção de ciclovias ou vias pedonais, excluindo as que tenham fins de lazer como objetivo principal, podendo exigir a eliminação de pontos de acumulação de acidentes que envolvam peões e ciclistas.	9	4e	Investimento em corredores urbanos de procura elevada, em ciclovias ou vias pedonais (excluindo as que tenham fins de lazer como objetivo principal), e em modos de transporte não motorizados para uso público, como bicicletas.
M9	Instalação de Postos de carregamento	4. Apoio à transição para uma economia de baixo teor de carbono, em todos os setores (a articular com OT 6)	4.5. Promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios, nomeadamente as zonas urbanas, incluindo a promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável e medidas de adaptação relevantes para a atenuação. (a articular com PI 6.5)				

B.Buarcos

Cód	Interv.	Enquadramento PORTUGAL 2020			Enquadramento Centro 2020		
		Objetivo Temático (OT)	Prioridade de Investimento (PI)	Reg. Específ. (Portaria 57-B/2015)	Eixo	ID.IP	Tipologias
B1	Qualificação da frente marítima de Buarcos	6. Preservação e proteção do ambiente e promoção da utilização eficiente de recursos	6.5. Adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas, reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução de ruído	Artº121º-1. b) - Reabilitação do espaço público, desde que associada a ações de reabilitação do conjunto edificado envolvente em curso ou concluídas há 5 ou menos anos, podendo envolver a demolição de edifícios para criação de espaço público e a recuperação e expansão de infraestruturas verdes. 1. d) - Desenvolvimento de ações com vista à gestão e animação da área urbana, à promoção da atividade económica, à valorização dos espaços urbanos e à mobilização das comunidades locais, desde que diretamente relacionadas com as ações previstas na alínea anterior.	9	6e	Qualificação e modernização do espaço, equipamentos e ambiente urbano, incluindo espaços verdes e mobiliário urbano. Não existe nenhuma tipologia enquadradora das ações previstas na alínea d) do nº1 do Regulamento Específico

F. Figueira, Núcleo Antigo e Bairro Novo

Cód.	Interv.	Enquadramento PORTUGAL 2020			Enquadramento Centro 2020		
		Objetivo Temático (OT)	Prioridade de Investimento (PI)	Reg. Específ. (Portaria 57-B/2015)	Eixo	ID.IP	Tipologia
F1	Requalificação do núcleo antigo da Figueira da Foz – Desde a Praça 8 de Maio até à Rua Heróis do Ultramar	6. Preservação e proteção do ambiente e promoção da utilização eficiente de recursos	6.5. Adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas, reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução de ruído	Artº121º-1. b) - Reabilitação do espaço público, desde que associada a ações de reabilitação do conjunto edificado envolvente em curso ou concluídas há 5 ou menos anos, podendo envolver a demolição de edifícios para criação de espaço público e a recuperação e expansão de infraestruturas verdes	9	6e	Qualificação e modernização do espaço, equipamentos e ambiente urbano, incluindo espaços verdes e mobiliário urbano
F2	Requalificação do núcleo antigo da Figueira da Foz – Desde a Praça Velha/Largo do Carvão até à Rua Visconde da M. Grande	6. Preservação e proteção do ambiente e promoção da utilização eficiente de recursos	6.5. Adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas, reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução de ruído	Artº121º-1. b) - Reabilitação do espaço público, desde que associada a ações de reabilitação do conjunto edificado envolvente em curso ou concluídas há 5 ou menos anos, podendo envolver a demolição de edifícios para criação de espaço público e a recuperação e expansão de infraestruturas verdes	9	6e	Qualificação e modernização do espaço, equipamentos e ambiente urbano, incluindo espaços verdes e mobiliário urbano
F3	Requalificação do núcleo antigo da Figueira da Foz – Jardim Municipal e envolvente	6. Preservação e proteção do ambiente e promoção da utilização eficiente de recursos	6.5. Adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas, reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução de ruído	Artº121º-1. b) - Reabilitação do espaço público, desde que associada a ações de reabilitação do conjunto edificado envolvente em curso ou concluídas há 5 ou menos anos, podendo envolver a demolição de edifícios para criação de espaço público e a recuperação e expansão de infraestruturas verdes	9	6e	Qualificação e modernização do espaço, equipamentos e ambiente urbano, incluindo espaços verdes e mobiliário urbano
F4	Requalificação do núcleo antigo Quartel dos Bombeiros Municipais	6. Preservação e proteção do ambiente e promoção da utilização eficiente de recursos	6.5. Adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas, reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução de ruído	Artº121º-1. a) - Reabilitação integral de edifícios, nomeadamente destinados a habitação, a equipamentos de utilização coletiva, a comércio ou a serviços, públicos ou privados, com idade igual ou superior a 30 anos, ou, no caso de idade inferior, que demonstrem um nível de conservação igual ou inferior a 2, determinado nos termos do estabelecido pelo Decreto-Lei nº 266-B/2012, de 31 de Dezembro.	9	6e	Qualificação e modernização de edifícios públicos, visando a dinamização de atividades económicas em meios urbanos através da adaptação de espaços para acolhimento de iniciativas produtivas (indústrias criativas, mostras de atividades e de produtos, soluções de co-work), e da criação de ambientes urbanos dinamizadores da criatividade, do networking e da inovação social.
F5	Reabilitação do antigo edifício da PSP	6. Preservação e proteção do ambiente e promoção da utilização eficiente de recursos	6.5. Adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas, reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução de ruído	Artº121º-1. a) - Reabilitação integral de edifícios, nomeadamente destinados a habitação, a equipamentos de utilização coletiva, a comércio ou a serviços, públicos ou privados, com idade igual ou superior a 30 anos, ou, no caso de idade inferior, que demonstrem um nível de conservação igual ou inferior a 2, determinado nos termos do estabelecido pelo Decreto-Lei nº 266-B/2012, de 31 de Dezembro.	9	6e	Qualificação e modernização de edifícios públicos, visando a dinamização de atividades económicas em meios urbanos através da adaptação de espaços para acolhimento de iniciativas produtivas (indústrias criativas, mostras de atividades e de produtos, soluções de co-work), e da criação de ambientes urbanos dinamizadores da criatividade, do networking e da inovação social.
F6	Requalificação do Castelo Engenheiro Silva	6. Preservação e proteção do ambiente e promoção da utilização eficiente de recursos	6.5. Adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas, reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução de ruído	Artº121º-1. a) - Reabilitação integral de edifícios, nomeadamente destinados a habitação, a equipamentos de utilização coletiva, a comércio ou a serviços, públicos ou privados, com idade igual ou superior a 30 anos, ou, no caso de idade inferior, que demonstrem um nível de conservação igual ou inferior a 2, determinado nos termos do estabelecido pelo Decreto-Lei nº 266-B/2012, de 31 de Dezembro.	9	6e	Qualificação e modernização de edifícios públicos, visando a dinamização de atividades económicas em meios urbanos através da adaptação de espaços para acolhimento de iniciativas produtivas (indústrias criativas, mostras de atividades e de produtos, soluções de co-work), e da criação de ambientes

Cód.	Interv.	Enquadramento PORTUGAL 2020			Enquadramento Centro 2020		
		Objetivo Temático (OT)	Prioridade de Investimento (PI)	Reg. Específ. (Portaria 57-B/2015)	Eixo	ID.IP	Tipologia
							urbanos dinamizadores da criatividade, do networking e da inovação social.
F7	Reabilitação da zona envolvente do Coliseu Figueirense	6. Preservação e proteção do ambiente e promoção da utilização eficiente de recursos	6.5. Adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas, reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução de ruído	Artº121º-1. a) - Reabilitação integral de edifícios, nomeadamente destinados a habitação, a equipamentos de utilização coletiva, a comércio ou a serviços, públicos ou privados, com idade igual ou superior a 30 anos, ou, no caso de idade inferior, que demonstrem um nível de conservação igual ou inferior a 2, determinado nos termos do estabelecido pelo Decreto-Lei nº 266-B/2012, de 31 de Dezembro.	9	6e	Apoio à habitação privada e a edifícios de uso comercial, de propriedade privada, efetuado exclusivamente através de instrumentos financeiros.
F8	Reabilitação do Complexo Piscina Mar	6. Preservação e proteção do ambiente e promoção da utilização eficiente de recursos	6.5. Adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas, reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução de ruído	Artº121º-1. a) - Reabilitação integral de edifícios, nomeadamente destinados a habitação, a equipamentos de utilização coletiva, a comércio ou a serviços, públicos ou privados, com idade igual ou superior a 30 anos, ou, no caso de idade inferior, que demonstrem um nível de conservação igual ou inferior a 2, determinado nos termos do estabelecido pelo Decreto-Lei nº 266-B/2012, de 31 de Dezembro.	9	6e	Qualificação e modernização de edifícios públicos, visando a dinamização de atividades económicas em meios urbanos através da adaptação de espaços para acolhimento de iniciativas produtivas (indústrias criativas, mostras de atividades e de produtos, soluções de co-work), e da criação de ambientes urbanos dinamizadores da criatividade, do networking e da inovação social.

C.Cabedelo

Cód	Interv.	Enquadramento PORTUGAL 2020			Enquadramento Centro 2020		
		Objetivo Temático (OT)	Prioridade de Investimento (PI)	Reg. Específ. (Portaria 57-B/2015)	Eixo	ID .IP	Tipologia
C1	Requalificação urbana do Cabedelo	6. Preservação e proteção do ambiente e promoção da utilização eficiente de recursos	6.5. Adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas, reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução de ruído	Artº121º-1. b) - Reabilitação do espaço público, desde que associada a ações de reabilitação do conjunto edificado envolvente em curso ou concluídas há 5 ou menos anos, podendo envolver a demolição de edifícios para criação de espaço público e a recuperação e expansão de infraestruturas verdes	9	6e	Qualificação e modernização do espaço, equipamentos e ambiente urbano, incluindo espaços verdes e mobiliário urbano
C2	Áreas de lazer de apoio à praia	6. Preservação e proteção do ambiente e promoção da utilização eficiente de recursos	6.5. Adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas, reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução de ruído	Artº121º-1. b) - Reabilitação do espaço público, desde que associada a ações de reabilitação do conjunto edificado envolvente em curso ou concluídas há 5 ou menos anos, podendo envolver a demolição de edifícios para criação de espaço público e a recuperação e expansão de infraestruturas verdes	9	6e	Qualificação e modernização do espaço, equipamentos e ambiente urbano, incluindo espaços verdes e mobiliário urbano
C3	Requalificação dos espaços industriais degradados	Sem enquadramento nas tipologias das operações previstas no Regulamento Específico (Portaria 57-B/2015) e pelo Programa Operacional Regional do Centro					

F/B/C. Reabilitação de edifícios privados nas ARU da Figueira, Buarcos e Cabedelo

Cód	Interv.	Enquadramento PORTUGAL 2020			Enquadramento Centro 2020		
		Objetivo Temático (OT)	Prioridade de Investimento (PI)	Reg. Específ. (Portaria 57-B/2015)	Eixo	ID .IP	Tipologia
F/B/C	Reabilitação de edifícios	6. Preservação e proteção do ambiente e promoção da utilização eficiente de recursos	6.5. Adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas, reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução de ruído	Artº121º-1. a) - Reabilitação integral de edifícios, nomeadamente destinados a habitação, a equipamentos coletivos, a comércio ou a serviços, públicos ou privados, com idade igual ou superior a 30 anos, ou, no caso de idade inferior, que demonstrem um nível de conservação igual ou inferior a 2, determinado nos termos do estabelecido pelo Decreto-Lei nº266-B/2012, de 31 de Dezembro	9	6e	Apoio à habitação privada e a edifícios de uso comercial, de propriedade privada, efetuado exclusivamente através de instrumentos financeiros.

4. PLANO DE AÇÃO PARA A MOBILIDADE URBANA SUSTENTÁVEL

a. Diagnostico

A Agenda 21 Local da Figueira da Foz, assinala a “baixa percentagem de utilização dos modos suaves e dos transportes coletivos em benefício das deslocações em transporte individual” motorizado. Aumentar estas percentagens foi assumido como objetivo central do Plano estratégico de Desenvolvimento da Figueira da Foz, aprovado em Outubro de 2014, tendo sido definidos 3 Eixos estratégicos de intervenção:

- Melhorar a mobilidade pedonal e acessibilidades;
- Promover a bicicleta enquanto modo de transporte suave;
- Promover a mobilidade sustentável no concelho.

Na Figueira da Foz, a estação ferroviária e o terminal rodoviário são contíguos. Não obstante, a inexistência de uma estratégia de **intermodalidade** desperdiça as sinergias que resultariam da combinação entre estes dois modos de transporte.

A rede ciclável existente está muito próxima da estação. Há até uma pequena oferta de aluguer de bicicletas. Mas também a intermodalidade entre comboio e camionetas e uso da bicicleta é muito ténue, não está perspectivada nem incentivada.

Falta uma estratégia comum de intermodalidade, uma bilhética integrada, um sistema de informação e de sensibilização eficazes.

A **mobilidade ciclável** constitui um especial desafio na Figueira da Foz, face aos seguintes factos:

- Orografia muito plana e organização da estrutura urbana muito favoráveis à utilização dos modos suaves, nomeadamente à bicicleta.
- Forte tradição local de uso da bicicleta, ainda presente nalgumas deslocações quotidianas e agora estimulada por paradigmas atuais de saúde/desporto/lazer.
- Existência de um investimento já significativo em pistas cicláveis, mas encontrando-se a rede algo fragmentada e não suficientemente articulada em plano global de mobilidade quotidiana.
- Ausência de ligação fluvial regular com a Margem Sul, o que obriga a população da Cova/Gala a uma deslocação rodoviária pela ponte, bastante longa à escala da Cidade.
- Planos no sentido de articular circuitos cicláveis quotidianos da Cidade da Figueira da Foz com o circuito do Eixo Atlântico (continuando-os, portanto, para norte e para sul) e com o circuito de ligação a Coimbra, pelos campos do Mondego.

Numa estratégia de promoção de mobilidade sustentável justifica-se o incentivo à utilização de **veículos elétricos**, que representando ainda uma forma de transporte individual, é caracterizada pela ausência de emissões de CO2.

A falta de infraestrutura de carregamento é hoje o principal fator impeditivo da proliferação deste tipo de soluções. Na Figueira não existe e importaria que existisse essa infraestrutura.

b. Objetivos e definição de estratégia

O objetivo central da operação é o aumento da quota de transporte públicos e de modos suaves (pedonais e bicicleta) nas deslocações urbanas associadas à mobilidade quotidiana.

Para tal, pretende-se implementar:

- Reforço da intermodalidade, com destaque para a qualificação funcional e perceptível da área onde coexistem as estações ferroviárias e rodoviária; a criação de uma bilhética integrada.
- Reforço da rede de percursos cicláveis, nomeadamente com a colmatção de eixo litoral entre a Estação e o sopé da Serra da Boa Viagem; a sua continuação para nascente, até Lares; ligação fluvial regular para a Margem Sul, e explicitação de percursos cicláveis até à Gala; a qualificação de percurso ao longo do Parque das Abadias.
- Sistema de oferta de bicicletas partilhadas, com estações maioritariamente associadas aos referidos percursos;
- Campanha de sensibilização e informação para a utilização de transportes públicos e de modos suaves.

O impacto das medidas a adotar pode ser calculado com base em indicadores das alterações que vierem a ocorrer na utilização dos diversos modos de transporte, nomeadamente:

- Nos movimentos pendulares entre Coimbra e Figueira, substituição do transporte individual pelo comboio (objetivo de 5% para 2018 e de 10% para 2020).
- Na substituição do transporte individual pela bicicleta, em movimentos pendulares (objetivo de 3% em 2018 e de 5% em 2020).

Quanto a mobilidade elétrica, sendo que os residentes efetuam normalmente o carregamento no local em que habitam, a oferta deve dirigir-se aos visitantes cujo trajeto ida/volta seja superior à autonomia do veículo.

Pretende-se então a instalação, até 2018, de um ponto de carregamento rápido de veículos elétricos próximo do centro e dos principais acessos rodoviários. O cumprimento desta meta em 2018 justificará a criação de um segundo posto.

c. Identificação de investimentos

As ações a concretizar são aqui identificadas uma a uma, sendo objeto de descrição sucinta. Estão em conformidade com o Plano de Mobilidade elaborado para a NUT em qua a Figueira da Foz se insere.

Para Incentivo à utilização de transportes públicos e de modos suaves, ir-se-ão concretizar várias ações conjugadas, nomeadamente as seguintes:

M1. Melhoria funcional do principal interface intermodal (ver Planta 4)

Obras para melhoria funcional entre os edifícios, contíguos, das estações ferroviária e rodoviária (Obra em curso, a cargo da REFER).

Alargamento e qualificação do espaço público fronteiro, permitindo uma presença pedonal e a instalação de estação de bicicletas coletivas. Ligação explícita da estação à pista ciclável existente do outro lado da rua.

Operacionalização do nó rodoviário de chegada à Cidade, contíguo ao interface.

Tornar acessível ao público o pequeno jardim existente na extremidade da área ferroviária.

M2. Sistema de oferta de bicicletas partilhadas.

Pretende-se criar um Sistema de Bicicletas Partilhadas muito associado à rede de percursos dedicados prevista, mas abrangendo uma área mais alargada, na qual as bicicletas podem partilhar as vias com o tráfego motorizado.

O desenho do percurso ciclável previsto tem como base o acesso aos principais pontos de geração de fluxos da população na cidade, que traduzem a grande parte dos movimentos pendulares diários, de forma a dar resposta às necessidades da população, criando-se efetivamente uma alternativa desejada e concorrente com o uso do transporte automóvel.

Para tal foram referenciados os equipamentos escolares, os espaços comerciais, os espaços ligados à saúde, os maiores empregadores da zona urbana, e as grandes áreas de recreio/lazer (Jardim das Abadias, Rio Mondego, praias e espaços desportivos) (Planta 3).

Assim, irá servir uma área de cerca de 3,5km² e uma população residente da ordem dos 12 mil habitantes. Face a esta abrangência, deverá ter as seguintes características:

- 65 bicicletas, para que 60 se encontrem em cada momento disponíveis
- 15 estações (ver Planta 3, com localizações sugeridas), 1/3 das quais com quiosque e com um número médio de 8 docas/estação.

M3. Solução de bilhética integrada.

Compatibilização tecnológica com o sistema de bilhética integrada existente em Coimbra, nomeadamente através do cartão “Coimbra ConVida”. Dotação de um sistema capaz de dar resposta a essa necessidade de integração, adaptado ao serviço de transporte público de cariz urbano, a par de um sistema de validação compatível.

Esta ação incluirá a adaptação dos sistemas de bilhética (*hardware* e *software*) dos operadores de transporte público, de modo a permitir soluções de bilhética integrada e repartição da receita em função da utilização, bem como a criação de títulos de transporte multimodais. Pretende-se ainda adquirir duas máquinas de venda automática de títulos de transporte.

É possível aumentar a atratividade do sistema articulando-o com sistemas alternativos que fomentem a intermodalidade, nomeadamente através do uso de bicicletas com um sistema de *bikesharing* a partir da interface.

M4. Desenvolvimento de Sistemas de Informação ao Público e de campanha de sensibilização para uma mobilidade sustentável.

Dotação de sistemas de monitorização e gestão dos transportes tirando partido das novas tecnologias de informação e comunicação, disponibilizando a informação em aplicações destinadas aos passageiros através de dispositivos móveis.

Atualização de *software* e *hardware* do Sistema de Gestão da Frota de Transportes Públicos / Sistema de Ajuda à Exploração (SAE) e do equipamento instalado nas viaturas de transporte público de passageiros.

Adicionalmente visa-se ainda a instalação de cinco painéis de informação em tempo real sobre as passagens das viaturas de transporte público nas paragens.

A intervenção física nas infraestruturas tem que ser promovida por campanhas e ações informativas e acompanhada por um sistema eficiente de informação ao público sobre o sistema de transportes públicos e sobre a utilização de modos suaves, suscitando no utente maior propensão para a sua utilização, substituindo viagens anteriormente feitas por transporte individual.

Há então que conceber e que executar um plano de comunicação com os seguintes objetivos:

- Disseminação de informação, precisa e atualizada, sobre opções de mobilidade alternativas ao automóvel particular (utilizando os métodos tradicionais, fazendo uso de redes sociais, ponderando a criação de aplicações de informação em tempo real).

- Estimular a participação cívica numa mudança de paradigma na mobilidade urbana, articulando recolha de opiniões, com ações de sensibilização e com debates e eventos promocionais.
- Manter a população informada sobre as opções e ações do Município no domínio da mobilidade e sobre os impactos que se esperam e que venham a ocorrer.

Para reforço da utilização da bicicleta nas deslocações urbanas quotidianas, ir-se-á concluir a rede ciclável ilustrada na Planta n.º 3, por vezes associada a intervenções de contenção da velocidade automóvel, de disciplina de estacionamento e/ou de qualificação do espaço público. Traduz-se na execução das seguintes ações:

M5. Percurso ciclável Caras Direitas/ Cemitério de Buarcos.

Este percurso irá ligar-se a outros já existentes, de um e outro lado, concluindo pista ciclável de 6,6 km entre a Estação e o sopé da Serra da Boa Viagem.

Corresponde a construção de espaço público, incluindo sinalização, no qual há a considerar vários troços sequenciais:

- Troço a norte da Rotunda do Pescador, a partir da qual se pretende implantar velocidade 30, o que implica redução da rotunda, eliminação da seguinte e redução de vias (Ação **M.5.1**). Esta intervenção articula-se com a B.1, de qualificação do Largo dos Caras Direitas (ver Planta 9).
- Utilização pela bicicleta de espaço público recentemente qualificado do lado de dentro das Muralhas; e, em alternativa, utilização da rodovia exterior.
- Replicação, no troço final norte do arruamento dentro das Muralhas, da qualificação já realizada, com reforço da função pedonal - (Ação **M.5.2**).
- Intervenção integrada no Largo da Tamargueira, que inclui: organização da circulação automóvel, reduzindo espaço que lhe é afeto; organização do estacionamento automóvel e de autocarros; implantação de atravessamento por pista ciclável, reforço quantitativo e qualitativo das condições do estar pedonal - (Ação **M.5.3**, ver Planta 10).
- Troço da Tamargueira até ao nó seguinte, a norte, com reperfilamento da via para reforço da circulação pedonal e ciclável - (Ação **M5.4**, ver Planta 5)

M6. Percurso Marina da Figueira/Gala (ver Planta 7).

Utilização do cais da Marina da Figueira e de cais do Cabedelo, este a qualificar.

Barco regular, “amigo de bicicletas”, entre os dois cais.

Qualificação de percursos cicláveis e pedonais até à Gala.

M7. Percurso Estação/ Vila Verde (ver Planta 3).

Trata-se de melhorar a mobilidade ao longo de faixa de ocupação urbana da Estação até Lares, procurando compatibilizá-la com segurança e acessibilidade e dando destaque aos modos suaves, e introdução de um cais junto à estação da Fontela para acesso ao Barco, de forma a poder fazer-se a travessia até à margem a sul.

Já existe projeto de ciclovia, o qual deverá ser ponderado e enquadrado neste desígnio mais global.

M8. Percurso ciclável das Abadias (ver Planta 6).

Existem percursos cicláveis ao longo do parque verde das Abadias.

Trata-se de integrar este percurso na Rede, resolvendo o atravessamento em áreas de conflito, sinalizando-o e melhorando troços que o justificam.

Exige aquisição de logradouro, o que irá reforçar a relação Jardim/ Vale das Abadias.

Para incremento da mobilidade elétrica.

M9. Instalação de postos de carregamento.

Pretende-se a instalação de um posto de carregamento rápido de veículos elétricos nas imediações da estação intermodal, a caminho do centro, próximo dos principais acessos rodoviários.

Visa-se um número médio de 5 utilizações diárias. O cumprimento desta meta em 2018 justificará a criação de um segundo posto.

Cada uma destas ações é inscrita em **FICHAS - M1 (A/1)** no Plano de Mobilidade para a NUT III), **M2 (B/1)**, **M3 (C/1)**, **M5.1 (E/1.1)**, **M5.2 (E/1.2)**, **M5.4 (E/1.4)**, **M6 (E/2)**, **M7 (E/3)**, **M8 (E/4)** - preenchidas conforme modelo de candidatura a financiamento no âmbito de PEDUS, integrando informação relativa a custos e financiamento.

As fichas de síntese e a correspondente estratégia global, relativa aos 4 centros urbanos que integram o Plano de Mobilidade para a NUT III, são assumidas como parte integrante deste PEDU.

5. PLANO DE AÇÃO PARA A REGENERAÇÃO URBANA

5. A. BUARCOS (ARU)

a. Objetivos estratégicos

A regeneração urbana pretendida articula qualificação de espaço público com reabilitação e ocupação generalizada de edifícios degradados e devolutos.

Em concreto, pretende-se:

- A qualificação profunda de dois grandes espaços públicos: o Largo dos Caras Direitas/ Rotunda do Pescador; o Largo da Tamargueira. Contíguos à velha Vila de Buarcos, um a nascente e outro a poente, são ambos fronteiros à praia e locais de intensa vivência urbana durante todo o ano. Em ambos se verifica uma organização espacial excessivamente subordinada à circulação automóvel e se pretende equilibrar as várias funções, disciplinando a presença automóvel e valorizando o estar pedonal.
- Apoiar a iniciativa privada na reabilitação dos edifícios, genericamente em toda a ARU, especialmente nos edifícios confrontantes com o espaço público que foi ou que irá ser qualificado.

b. Planta de delimitação territorial (ver Planta 8).

Planta anexa conforme ARU, com explicitação das principais intervenções

c. Modelo habitacional

A ocupação populacional e habitacional na área delimitada na ARU de Buarcos era, de acordo com os Censos de 2011, a seguinte:

		Nº	%
População e Famílias	População residente	1109	-
	Famílias	452	-
	Dimensão média da família	2,45	-
Alojamentos familiares clássicos	Total	957	100%
	Residência habitual	447	46,71%
	Segundo alojamento	389	40,65%
	Vagos	121	12,64%
Edifícios	Total	607	100%
	Número de alojamentos familiares clássicos / edifício	1,58	-
	Com mais de 30 anos	522	86,00%
	Com menos de 30 anos	85	14,00%

Trata-se de uma ocupação de 48 fogos/ha, valor que enquadra duas realidades ocupacionais distintas, a povoação muito densa de Buarcos e uma área não edificada frontal à praia. Aqui residem 1 100 pessoas.

Destaca-se a existência de muitos fogos de segunda residência (40%) e um número ainda significativo de vagos (12,6%).

A grande maioria dos edifícios (86%) foi construída há mais de 30 anos, situação que só por si constitui fundamento para possível financiamento à reabilitação no âmbito do PEDU.

Neste programa elege-se como de financiamento prioritário a reabilitação dos edifícios localizados ao longo da frente marítima, confrontantes com espaço público em parte já qualificado e com outros, referenciados ao Largo dos Caras Direitas, que se pretende agora qualificar.

Através de levantamento por observação direta exterior, conclui-se que estes edifícios são 207, dos quais 34 (16%) apresentam algumas deficiências e 38 (18%) estão em mau estado de conservação.

Objetivo da intervenção é, então, a reabilitação generalizada dos edifícios localizados na ARU, especialmente dos situados na frente marítima. Modelo habitacional poderá manter-se o existente, mas procurando que os edifícios vagos sejam usados.

d. Modelo económico

Buarcos é, atualmente, uma localidade com residentes muito ligados à atividade piscatória, mas também balnear, marcada pela sazonalidade da população veraneante. À economia do mar somam-se então as decorrentes do turismo, comércio, restauração e alojamento local.

As funções não habitacionais localizam-se justamente na frente marítima, confrontante com espaço público de dimensão generosa. Do levantamento realizado conclui-se que a grande maioria destes edifícios integra comércio, restauração ou serviços ao nível do rés-do-chão e habitação nos pisos superiores.

Na zona do Largo Caras Direitas a ocupação de comércio e serviços é mais variada, incluindo o teatro que dá o nome ao Largo e o mercado.

O Largo da Tamargueira referencia-se a unidade hoteleira (antes apenas restaurante) com o mesmo nome.

Também este modelo económico se poderá manter, devendo apenas ser estimulado e modernizado com respeito pela sua tipicidade de vila piscatória.

e. Proteção de património

Buarcos remonta ao século XI, com a edificação do castelo medieval de Redondos. A Vila é o resultado da fusão dos povoados de Redondos (também chamada de Buarcos de Cima) e de Buarcos (propriamente dito), este situado junto ao mar.

O porto e a respetiva alfândega, protegidos pelo Forte, foram cruciais no desenvolvimento da povoação. O Forte, de facto linha fortificada, protegia a enseada e a população dos ataques do mar, permitindo o desenvolvimento da atividade piscatória, da agricultura e de algum pequeno comércio. O casario foi-se implantando em anfiteatro, o que caracteriza a paisagem urbana de Buarcos.

Na passagem do século XVII para o XVIII, Buarcos perde a sua importância, ocorrência a que não é alheio o crescimento da Figueira da Foz. Só no século XX Buarcos e Figueira se aglutinam numa só Cidade.

Os traços urbanos de Buarcos, muito associados à atividade piscatória, mantiveram-se até hoje. Manteve-se também a morfologia urbana, de génese medieval, caracterizada pela sua “organicidade” ajustada à topografia do lugar e por ruas apertadas de traçado irregular. A ocupação é essencialmente habitacional, salvo na frente confrontante com a Muralha (e com o mar), onde restauração e comércio têm presença dominante.

Nesta frente marítima ocorreram recentemente importantes ações de reabilitação, nomeadamente de beneficiação das Muralhas e de requalificação da Rua 5 de Outubro, com grande reforço da função pedonal, e ainda no aproveitamento do espaço para eventos, sendo notória a vivificação do lugar.

A ARU de Buarcos abrange esta área - núcleo histórico a Norte da Muralha - mas também uma outra, de pequena dimensão e características muito diferentes, confinante com o Largo Caras Direitas e com o Largo Mártir Santo.

Esta desenvolve-se já no século XX. Antes, o espaço onde se formaria o Largo Caras Direitas seria ainda areal com armazéns de sal e de apoio à seca do bacalhau. O Largo Mártir Santo já teria a sua importância, nele se situando o Poço da Vila, lugar de encontro de pessoas e de alguns eventos. Era aqui que se iniciava a Rua do Rancho das Cantarinhas que ligava a Tavadede.

Esta zona caracteriza-se pela existência de muito espaço público, marginado por edifícios de escala e usos diversificados, nomeadamente equipamentos e espaços comerciais. Encontra-se hoje muito dominado pelo automóvel, subaproveitado e pouco qualificado, constituindo oportunidade que se pretende aproveitar neste plano.

Aposta-se, então, no estender da operação de regeneração urbana realizada na Rua 5 de Outubro a toda a frente marítima, o que implica qualificação do espaço público e disciplina da mobilidade, mas também dinamização da reabilitação dos edifícios degradados.

f. Identificação de investimentos

As ações a concretizar são aqui identificadas uma a uma, sendo objeto de descrição sucinta:

Projetos para a qualificação de espaços públicos:

B1. Requalificação da frente marítima de Buarcos (ver Planta 9)

Trata-se de qualificação profunda, que visa:

- Organizar a circulação automóvel, considerando que para norte do local da atual rotunda do Pescador se entra em zona de velocidade 30 (ver Ação M.5.1).
- Organizar e disciplinar estacionamento automóvel
- Reforçar as condições do estar pedonal: do estar quotidiano que se verifica ao longo de todo o ano; do que se verifica na época balnear; e do associado a eventos e diversões que neste espaço ocorrem habitualmente.
- Sublinhar e estimular os locais e as referências culturais, comerciais, de lazer e de restauração presentes no local.
- Articular este projeto com o da qualificação da Praia (em curso)

F/B/C. Reabilitação de edifícios privados

Ver ponto 5.10. A adoção da referência **F/B/C** explica-se por esta ação se destinar não apenas à ARU de Buarcos, mas também à da Figueira e à do Cabedelo.

Estas ações são inscritas em **FICHAS - B1** e **F/B/C** - preenchidas conforme modelo de candidatura a financiamento no âmbito de PEDUS, integrando informação relativa a custos e financiamento.

5. B. FIGUEIRA, NÚCLEO ANTIGO E BAIRRO NOVO (ARU)

a. Objetivos estratégicos

Esta ARU abrange área muito vasta, o Núcleo Antigo propriamente dito, a urbanização que o liga à estação ferroviária e o chamado Bairro Novo, estes do final do século XIX.

Pretende-se naturalmente, para toda a ARU, a reabilitação e ocupação generalizada de edifícios degradados e devolutos e a qualificação de espaço público e de equipamentos. Mas há que estabelecer prioridades. Assim sendo:

- Para a **área da Estação** apenas se prevê uma intervenção no domínio da mobilidade, aliás de grande prioridade, o da “melhoria funcional do principal interface intermodal” (ver M1).

- Para o **Bairro Novo**, onde ocorreu recentemente importante qualificação do espaço público, apenas a qualificação de três edifícios de valor patrimonial e simbólico: o Castelo Engenheiro Silva, o Coliseu Figueirense (edifício privado e espaço público envolvente) e o Complexo Piscina-Praia (atual Piscina Mar), classificado em conjunto com o edifício do Grande Hotel de interesse público desde 2002.

Para o **Núcleo Antigo**, da frente ribeirinha (doca, via marginal, jardim municipal e praças existentes desde o século XVIII) à Rua Heróis do Ultramar, perspectiva-se uma intervenção integrada.

Tal intervenção deve obedecer ao programa preliminar que aqui se formula, articulando reabilitação de edifícios com estruturação urbana, revisão da mobilidade e qualificação de espaço público (ver Planta 12).

A estruturação da área deve visar:

- Reforço da vivência das praças, procurando também que se aproximem do Rio.
- Criação de polo vivencial no topo norte, complementar à presença de equipamentos, criando espaço público associado a funções comerciais e melhorando o eixo circulatório que o margina.
- Explicitação das vias principais que organizam interiormente toda a área, assumindo que serão ruas de nível, com prevalência da função pedonal.
- Articulação pedonal direta da área de equipamentos (a norte) com o Centro de Artes e com o parque verde do Vale das Abadias.

A requalificação do espaço público é indissociável da estruturação pretendida, incidindo nas praças (Velha, Nova e Largo do Carvão), no jardim municipal, na centralidade a criar a norte e nas ruas interiores principais, deve ocorrer também noutros arruamentos mais degradados.

Nesta área existem edifícios municipais cujas funções se pretende alterar e que para tal é necessário intervir no edifício, nomeadamente:

- Reabilitar o antigo edifício da PSP para dar espaço a atividades do âmbito da inovação social;
- Reutilização do Quartel de Bombeiros para criar um espaço passível de acolher mostras de ideias/produtos, facilitando a concretização de ideias empreendedoras;

O esforço para a reabilitação de edifícios e para o seu uso efetivo deve ocorrer em toda a área, sendo que:

- Exige uma ação contínua por parte da “entidade gestora” da operação (em princípio serviços municipais);
- Deve incidir especialmente nos edifícios confrontantes com os espaços públicos intervencionados;

- Deve ser complementado com estacionamento para residentes e com a disponibilização de alguns fogos para realojamentos temporários aquando execução de obras.

O estacionamento para residentes dificilmente pode ocorrer ao longo das ruas estreitas, necessita de áreas dedicadas, que poderão localizar-se:

- no topo norte associado à criação de espaço público e de área comercial;
- no interior de um quarteirão, com acessos pelo Largo de S. Julião (próximo da Igreja Matriz).

b. Planta de delimitação territorial (ver Planta 11).

Planta anexa conforme ARU, com explicitação das principais intervenções

c. Modelo habitacional

A ocupação populacional e habitacional na área delimitada na ARU da Figueira da Foz (Núcleo Antigo e Bairro Novo) era, de acordo com os Censos de 2011, a seguinte:

		Nº	%
População e Famílias	População residente	4879	-
	Famílias	2265	-
	Dimensão média da família	2,15	-
Alojamentos familiares clássicos	Total	5468	100%
	Residência habitual	2239	40,95%
	Segundo alojamento	2168	39,65%
	Vagos	1061	19,40%
Edifícios	Total	1923	100%
	Número de alojamentos familiares clássicos / edifício	2,84	-
	Com mais de 30 anos	1480	76,96%
	Com menos de 30 anos	443	23,04%

Trata-se de uma ocupação densa, de 70 fogos/ha, onde residem quase 5 000 pessoas.

Destaca-se a existência de muitos fogos de segunda residência (quase 40%) e ainda a existência de quase 20% vagos, fator que constitui enorme desafio à desejada reabilitação.

A grande maioria dos edifícios (77%) foi construída há mais de 30 anos, situação que só por si constitui fundamento para possível financiamento à reabilitação no âmbito do PEDU.

Neste programa elegeu-se como de financiamento prioritário os edifícios localizados na área de intervenção integrada que abrange o núcleo mais antigo e que se estende da frente ribeirinha à Rua Heróis do Ultramar.

Através de levantamento por observação direta exterior, conclui-se que estes edifícios são cerca de 490, dos quais 101 (20%) apresentam algumas deficiências e 112 (23%) estão em mau estado

de conservação. São sinais iniludíveis de degradação e abandono, que justificam uma atenção especial.

Objetivos da intervenção são, então, a reabilitação generalizada dos edifícios e também o seu efetivo uso.

d. Modelo económico

Esta ARU integra o centro tradicional da Figueira da Foz (Núcleo Antigo) e a principal área turística (Bairro Novo), na qual avulta o Casino Peninsular. Trata-se, pois, de uma área com usos muito diversificados, não apenas habitacionais, mas agregando um número significativo de comércio e serviços, de equipamentos públicos, de hotelaria e restauração.

Da análise dos dados georreferenciados e por observação no local é possível inferir que os estabelecimentos de serviços e de comércio tradicional se localizam fundamentalmente na proximidade das Praças 8 de Maio e General Freire de Andrade (Praça Velha), do Largo Luís de Camões, do Largo do Carvão, da Rua da República, Rua Fernandes Tomás, Avenida Saraiva de Carvalho, Jardim Municipal e Largo do Tribunal, designadamente, agências bancárias, seguradoras, escritórios de advocacia, lojas de roupa e acessórios.

Na área do Bairro Novo aglutinam-se os estabelecimentos hoteleiros e de restauração mais procurados pelos turistas, embora estes também existam na zona antiga.

Na frente assumida como de reabilitação prioritária foram contabilizados, ao nível do rés-do-chão, 57 estabelecimentos comerciais devolutos, a maioria dos quais apresentando “frente loja” de dimensão muito reduzida.

Esta ocupação diversificada deve ser mantida e estimulada, com realce para os usos não habitacionais ao nível do rés-do-chão na frente de mar e em edifícios confrontantes com alargamentos dos espaços públicos.

e. Proteção de património

Data do século XI a primeira referência a pequeno aglomerado que foi sendo povoado em torno da igreja de São Julião, na foz do Mondego.

A Figueira foi-se expandindo devido às boas condições do seu porto fluvial. O seu traçado e estrutura iniciais assentam nessa relação intrínseca com o Rio Mondego, a qual determinaria, já no século XVIII, altura em que foi elevada a vila por decreto régio, a construção da frente fluvial, de que se destacam duas praças ainda existentes, as atuais Praça Velha e Praça Nova (nomeação que adotamos por ir resistindo às sucessivas toponímias oficiais).

Na Praça Velha, construída em 1777, foi implantado o pelourinho. Quase contemporânea, a Praça Nova foi conquistada ao Rio em 1784 e nela confluem importantes artérias do burgo em crescimento. Estas praças conformam a organização do comércio e da administração, funcionando como centros vitais de desenvolvimento da Figueira da Foz até ao século XIX.

Entre 1840 e 1870, sob a influência do pós-iluminismo, a moda do veraneio foi-se deslocando progressivamente do campo para a praia. Na parte ocidental da cidade, junto à Praia de Banhos e ao Forte de Santa Catarina (construído nos finais do séc. XVI), surge o Bairro Novo de Santa Catarina, muito dirigido a banhistas. Promovido pela Companhia Edificadora Figueirense, corresponde a uma expansão planeada de traçado ortogonal.

Neste novo centro, cosmopolita, instalam-se o Theatro Circo Saraiva de Carvalho, o casino Oceano, cafés e pastelarias, espaços de recreio e lazer. Junto ao Forte de Santa Catarina é construída a esplanada Silva Guimarães, “varanda” em semicírculo sobranceira ao mar e à foz do Rio. Na esplanada surgem edifícios de desenho eclético, num dos quais (Castelo Engenheiro Silva) se pretende agora instalar equipamento de apoio a atividades criativas.

A partir dos finais do século XIX coexistem então, na Figueira da Foz, duas urbanidades distintas em termos morfológicos e funcionais. Entretanto, vão ocorrendo novas expansões urbanas.

A Estação Ferroviária (1882) suscita a expansão que a liga às Praças, uma nova frente rio de desenvolvimento planeado, com traçado também ortogonal, segundo três eixos principais, as atuais Rua da República, Rua Fernandes Tomás e Avenida Saraiva de Carvalho.

No espaço de transição entre a Figueira antiga e o Bairro Novo, surge em 1891 o Jardim Municipal, com o aterro e transformação da Praia da Fonte.

Ocorre, já no século XX, expansão na frente marítima, com a Avenida Marginal, a construção de equipamentos de linhas modernas, a Torre do Relógio (1947), o Grande Hotel e a Piscina Praia, a qual se pretende ver totalmente reabilitada.

Encontra-se então, nesta ARU, a presença de uma ocupação diversificada, com valor histórico e patrimonial, que nas últimas décadas do século XX sofreu, á semelhança do que ocorreu na generalidade do País, alguma descaraterização tipológica, alguma degradação, algum abandono.

Respeitar e vivificar estes tecidos urbanos, contrariar e inverter essas dinâmicas negativas, aproveitar o enorme potencial que esta área encerra são os objetivos a prosseguir.

f. Identificação de investimentos

As ações a concretizar são aqui identificadas uma a uma, sendo objeto de descrição sucinta. A intervenção integrada para o Núcleo Antigo engloba ações que podem ser desenvolvidas de forma autónoma (ver Planta 12) e distribuída por 3 fases, sendo:

F1 – Requalificação do núcleo antigo da Figueira da Foz – Desde a Praça 8 de Maio até à Rua Heróis do Ultramar:

Estruturação e qualificação da zona ribeirinha, com a qualificação da **Praça Nova**, visando o reforço de vivência pedonal e procurando que se aproxime do Rio, o que pode passar pelo reforço da presença pedonal e verde. **Estruturação e qualificação do espaço público interior do Núcleo Antigo** com explicitação das vias principais, visando a sua transformação em ruas de nível, partilhadas pelos vários modos de transporte, com prevalência da função pedonal, o que deve ser realçado com pavimento diferenciado que facilite a boa acessibilidade; introduzir vala técnica comum para as infraestruturas de forma a libertar o espaço público e as edificações privadas confinantes que se pretendem reabilitar; introduzir mobiliário urbano mais amigo do ambiente (ex.: ecopontos enterrados, quiosque eletrónico).

Qualificação de espaço público, visando a **criação de um polo vivencial, a sul da Rua Heróis do Ultramar** com correção deste eixo circulatório: aumento do espaço público articulado com a presença de equipamentos coletivos aí existentes e qualificação do **Largo da Misericórdia**, através da criação de uma área comercial/serviços, (operação de renovação urbana em terreno municipal).

F2 – Requalificação do núcleo antigo da Figueira da Foz – Desde a Praça Velha/Largo do Carvão até à Rua Visconde M. Grande:

Estruturação e qualificação da zona ribeirinha, com a qualificação das praças ribeirinhas, **Praça Velha e Largo do Carvão**, visando o reforço de vivência pedonal e procurando que se aproximem do Rio, o que pode passar pelo prolongamento da Praça Velha, pelo reforço da presença pedonal e verde junto às praças, e pela revisão da circulação no eixo interior paralelo à Marginal.

Estruturação e qualificação do espaço público interior do Núcleo Antigo com explicitação das vias principais, visando a sua transformação em ruas de nível, partilhadas pelos vários modos de transporte, com prevalência da função pedonal, o que deve ser realçado com pavimento diferenciado que facilite a boa acessibilidade; introduzir vala técnica comum para as infraestruturas de forma a libertar o espaço público e as edificações privadas confinantes que se pretendem reabilitar; introduzir mobiliário urbano mais amigo do ambiente (ex. ecopontos enterrados, quiosque eletrónico). Disponibilização e construção de estacionamento para residentes, no interior de quarteirão, associada à recuperação dos edifícios envolventes.

Qualificação do jardim da Quinta das Oaias e Estabelecimento de ligações pedonais da Rua Fernandes Coelho ao Cento de Artes e Espetáculos ao Vale das Abadias, aproveitando percursos já em grande parte existentes .

F3 – Requalificação do núcleo antigo da Figueira da Foz – Jardim Municipal e envolvente:

Estruturação e qualificação da zona ribeirinha, mais precisamente no Jardim Municipal e Largo do Tribunal, visando o reforço da vivência pedonal e melhoria do equipamento urbano existente no jardim, substituição das espécies arbustivas etc. **Estruturação e qualificação do espaço público interior do Núcleo Antigo** com explicitação das vias principais, visando a sua transformação em ruas de nível, partilhadas pelos vários modos de transporte, com prevalência da função pedonal, o que deve ser realçado com pavimento diferenciado que facilite a boa acessibilidade; introduzir vala técnica comum para as infraestruturas de forma a libertar o espaço público e as edificações privadas confinantes que se pretendem reabilitar; introduzir mobiliário urbano mais amigável do ambiente e inovadores (ex. ecopontos enterrados, quiosque eletrónico)

Reabilitação de edifícios municipais:

F4. Reabilitação do antigo Quartel dos Bombeiros Municipais, que irá agora ser desocupado, face a recente construção de um novo quartel, pretendendo-se a recuperação e reconversão do edifício, localizado em eixo interior estruturante da área de intervenção, destinando-o a serviços, nomeadamente como espaço de exposição de produtos de empreendedorismo criativo e acolhimento de *startups* (projeto e obra).

F5 - Reabilitação do antigo edifício da PSP, que é um edifício propriedade da Câmara Municipal, que se encontra em mau estado de conservação e a necessitar urgentemente de obras de requalificação; apesar das fracas condições, encontra-se instalada a associação CASA (Centro de Apoio ao Sem Abrigo), que desenvolve atividade de inovação social, recolhendo diariamente os desperdícios alimentares das superfícies comerciais e distribuindo *in loco* pelos mais carenciados; Esta associação proporciona ainda atividades de lúdico/criativas e formação de apoio aos mesmos.

Intervenções pontuais no Bairro Novo:

F6. Requalificação do Castelo Engenheiro Silva (ver Planta 13)

Trata-se de edifício de grande valor simbólico, em local nobre (Esplanada Silva Guimarães), propriedade da Câmara. Pretende-se concluir a sua reabilitação, ao nível

do espaço interior, destinando-o a espaço de apoio ao turista, tipo *“welcome center”* bem como para o desenvolvimento de exposições e outras atividades criativas.

F7. Coliseu Figueirense (edifício e espaço público - ver Planta 14)

O Coliseu Figueirense, construído em 1895 com lotação para 7000 pessoas, continua a responder à função a que inicialmente se destinou, assegurando também outras atividades culturais e de recreio. É desejável que seja reabilitado. Sendo propriedade privada, perspectiva-se que possa recorrer a empréstimo no quadro do PEDU. Caso tal aconteça, a Câmara Municipal pretende requalificar o espaço público envolvente (projeto e obra).

F8. Complexo Piscina Mar (ver Planta 15)

Reabilitação e reconversão de equipamento público construído na década de 50 que, em conjunto com o Grande Hotel foram durante décadas o *ex-libris* da Cidade, classificado como Imóvel de Interesse Público em 2002. Este complexo, propriedade da Câmara, situa-se na frente marginal. Atualmente apenas a piscina e o espaço destinado a restauração de apoio à mesma se encontram em funcionamento. A restante parte do edifício destinada a empreendimento turístico, (ex. Estalagem) e a espaços comerciais, não é utilizável, por se encontrar em avançado estado de degradação (projeto e obra). Pretende-se introduzir nesse espaço atividades destinados à promoção dos produtos locais.

F/B/C. Financiamento para reabilitação de edifícios privados

Ver ponto 5.10. A adoção da referência **F/B/C** explica-se por esta ação se destinar não apenas à ARU de Buarcos, mas também à da Figueira e à do Cabedelo.

Cada uma destas ações é inscrita em **FICHAS - F1 a F7 e F/B/C** - preenchidas conforme modelo de candidatura a financiamento no âmbito de PEDUS, integrando informação relativa a custos e financiamento.

5.C. CABEDELLO (ARU)

a. Objetivos estratégicos

Pretende-se o aproveitamento do potencial turístico da zona do Cabedello, articulado com a sua qualificação ambiental, integrando os seguintes objetivos:

- Libertar a zona mais sensível entre os dois molhes – sul e sul interior – de uma ocupação privada e degradada, qualificando-a e destinando-a a uso público;
- Reforçar o cordão dunar, articulando-o com esta zona e dele afastando a presença automóvel;
- Promover o Cluster do Mar, com destaque para a atividade do surf;
- Promover uma nova oferta turística em contexto de excelência;
- Integrar e qualificar edifícios existentes;
- Qualificar a acessibilidade local, rodoviária e por modos suaves.

b. Plantas de delimitação territorial (ver Planta 16).

Planta anexa, conforme ARU, com explicitação das principais intervenções

c. Modelo habitacional

Não existem nem se pretende que venham a existir nesta área residentes permanentes.

d. Modelo económico

Trata-se de uma área associada ao porto e à praia, mais recentemente a um lazer associado ao desporto de ondas. Nela avultam dois conjuntos edificados: os antigos Estaleiros Navais, em estado avançado de degradação e abandono; um parque de caravanismo pouco qualificado, sobretudo de “2.ª residência”, em área muito sensível.

Do levantamento realizado no âmbito da ARU, conclui-se que das 27 edificações existentes apenas 5 estão em bom estado e 7 estão em mau estado. As edificações em melhor estado de conservação são utilizadas por restauração e por atividades ligadas ao desporto de ondas, muitas delas situadas na zona A, justamente onde se pretende desenvolver um núcleo especializado de atividades económicas associadas ao mar.

e. Proteção de património

O património desta área é essencialmente ambiental e de memórias ligadas ao mar.

Destas, pretende-se o aproveitamento articulado de atividades portuárias e turísticas.

Na perspetiva ambiental, há que apostar na defesa da duna existente e na sua renaturalização na área mais sensível, na articulação entre as praias do Cabedelo e do Cabedelinho.

f. Identificação de investimentos

As ações a concretizar são aqui identificadas uma a uma, sendo objeto de descrição sucinta:

Podem ser visualizadas na Planta 18, expressão gráfica do programa estratégico preliminar da ARU do Cabedelo.

Projeto para Infraestruturação e qualificação de espaços públicos:

C1. Requalificação urbana do Cabedelo (ver Planta 17)

Pretende-se uma requalificação integral desta área, designadamente:

- Afetação dos arruamentos existentes a funções essencialmente pedonais e cicláveis, e deslocalização de estacionamento e acesso rodoviário, com vista a assegurar a proteção da integridade biofísica do espaço dunar;
- Com a devida infraestruturação, introdução de mobiliário urbano, mais amigo do ambiente, iluminação pública de baixo consumo; telecomunicações (*wireless*), ecopontos, de forma a garantir a qualidade ambiental do espaço público e preservação dos recursos naturais em presença.

Projetos para espaços de lazer e equipamentos:

C2. Áreas de lazer de apoio à praia (L1 e L2 na Planta 18)

Inclui a zona muito sensível atualmente ocupada por parque de caravanismo de imagem desqualificada (L1), que se estende a norte até ao Rio, à qual se pretende dar nova função. É destinada a espaço público, admitindo estruturas leves de apoio à praia e ao usufruto da frente de Rio, compatibilizada com alguma renaturalização do cordão dunar, especialmente no local de articulação com a duna existente.

A outra área (L2) corresponde ao equipamento existente, pretendendo-se a sua qualificação e adaptação para comércio/serviços de apoio às atividades criativas relacionadas com o mar.

Projeto de qualificação de espaços industriais degradados:

C3. Demolição das estruturas obsoletas dos espaços industriais, com a devida gestão de resíduos de construção e de demolição, descontaminação e preparação do solo para receber investimento privado compatíveis com a envolvente.

Cada uma destas ações é inscrita em **FICHAS - C1, C2 e F/B/C** - preenchidas conforme modelo de candidatura a financiamento no âmbito de PEDUS, integrando informação relativa a custos e financiamento.

5. D. REABILITAÇÃO DE EDIFÍCIOS PRIVADOS:

ARU BUARCOS, ARU FIGUEIRA E ARU CABEDELLO

F/B/C. Financiamento bonificado à reabilitação de edifícios

Trata-se de aproveitar instrumento financeiro em criação (Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbana), o qual irá conceder empréstimos a particulares (ou ao próprio Município para edifícios que integrem atividades económicas), que se espera sejam a juros bonificados.

Destinam-se à reabilitação integral de edifícios em mau estado, dotando-os do mínimo de condições de habitabilidade, diminuindo o número de edifícios que se encontram devolutos, e promovendo a fixação da população residente e de atividades económicas.

Critérios a adotar neste tipo de financiamento para as ARU da Figueira e de Buarcos, a reconhecer pela entidade gestora – Camara Municipal:

- Prioridade aos edifícios confrontantes com as frentes marítima e ribeirinha e com o espaço público intervencionado (ver Plantas 8 e 11);
- Prioridade, ainda, a equipamentos de interesse público e propriedade privada, como são os casos do Coliseu Figueirense e do Mercado de Buarcos.
- Segunda prioridade para os edifícios que, pela sua localização ou características arquitetónicas (“de qualidade”, “com interesse” ou “de acompanhamento” conforme ficha de levantamento dos edifícios), tenham forte impacto na qualidade da imagem na zona onde se inserem;
- Sejam efetivas obras de reabilitação, das quais resulte elevação de pelo menos dois níveis de conservação acima do atribuído antes da intervenção e a melhoria do seu comportamento energético;
- Garantam a manutenção das características tipológicas da envolvente e, se aplicável, eliminem elementos dissonantes;
- Gestão criteriosa do volume financeiro disponível, pelo que empréstimos que ultrapassem os 50.000 euros só devem ser concedidos em situações especialmente justificadas face aos objetivos expressos neste PEDU.

No caso da ARU do Cabedelo, o financiamento destina-se a edifícios a reabilitar para atividades económicas associadas ao mar ou para hotelaria/empreendimento turístico, nomeadamente os antigos estaleiros e armazéns.

6. RESULTADOS ESPERADOS, FATORES CRÍTICOS E INTERDEPENDÊNCIAS

As propostas apresentadas, conforme é referido no ponto 2, estão de acordo com os objetivos e metas do P.O. Centro.

Das propostas integrantes deste PEDU há que distinguir as que irão corresponder a investimentos municipais das que irão estar dependentes de investimentos privados.

As ações correspondentes aos investimentos municipais são facilmente realizáveis, desde que o apoio financeiro pretendido seja alcançado.

Apenas no que respeita ao Cabedelo a concretização de cada iniciativa ficará dependente da concordância específica da Autoridade Portuária (APFF), que sobre o programa apresentado já emitiu concordância genérica.

De referir que as ações propostas fazem parte de um todo coerente que visa os objetivos enunciados, mas poderão, não obstante, ser realizadas de forma independente. Na sua generalidade cada ação irá corresponder a um só projeto e à consequente empreitada. Nalguns casos, se tal for considerado conveniente, poderão ser agrupadas.

Muitas destas ações devem ser precedidas de discussão pública para o seu desenvolvimento de pormenor.

As ações correspondentes a investimentos privados, especialmente os relativos à reabilitação individualizada dos edifícios, da maior importância para que os objetivos da regeneração urbana sejam cabalmente alcançados, constituem o fator crítico deste PEDU.

As áreas objeto de intervenção integram cerca de 2 500 edifícios. Não se conhece o número exato de edifícios em mau estado de conservação. Mas, do levantamento realizado para as áreas de intervenção prioritária, conclui-se serem 18% em Buarcos e 25% na Figueira. Extrapolando, haverá então pelo menos 500 edifícios a necessitar de intervenção.

Considerando a atual situação do imobiliário em Portugal (um grande excesso de edifícios) e a situação económica do País, logo se conclui não se anteverem grandes dinâmicas de

investimento privado. Assuma-se então um objetivo modesto: a reabilitação de 1/4 dos edifícios que necessitam de ser reabilitados, 125 intervenções.

Sendo prevista “reabilitação integrada”, pode admitir-se que o custo médio de cada intervenção seja da ordem dos 50 mil €. Multiplicando os 125 pelos 50 mil, chega-se a uma necessidade de investimento de 6,25 milhões. Acrescentando 1 milhão para reabilitação de equipamentos, chega-se aos 7,25 milhões. Considerando a participação da banca, é necessária ainda uma verba PEDU da ordem dos 4 milhões.

Adota-se então essa verba, sem segurança de que haja disponibilidade financeira para tal. E, mesmo que exista, sem saber se as condições de financiamento (empréstimo para reabilitação a juros bonificados) será suficiente para, face à situação do mercado, ser atrativa para os proprietários.

Há que aproveitar, necessariamente, esta oportunidade de financiamento. E há que a complementar com outras medidas de política que favoreçam a reabilitação urbana, nomeadamente de natureza fiscal. Mas não se pode deixar de considerar ser este o fator crítico da reabilitação urbana, na Figueira da Foz como na generalidade do País.

7. MODELO DE GESTÃO

A entidade gestora do PEDU irá ser a Câmara Municipal.

A gestão deve ser entendida como processo que irá sendo desenvolvido e que em cada caso deverá associar as entidades, privadas ou públicas, que poderão ajudar à sua concretização ou as que irão disfrutar das ações concretizadas.

Desde logo, a operacionalização desta estratégia implica a criação de entendimentos e sinergias com parceiros regionais e com outros municípios.

Para algumas ações, nomeadamente para o Cabedelo, há que mobilizar os *stakeholders* adequados, de âmbito local, nacional ou internacional.

Para as intervenções no espaço público é importante a audição dos seus atuais utilizadores, registando aspirações e exercendo uma ação pedagógica.

A reabilitação individualizada dos edifícios é, também para o modelo de gestão, o principal desafio, justificando organização municipal específica que garanta um acompanhamento continuado da situação dos edifícios, um relacionamento com os proprietários de apoio mas também de pressão. Para a ação ser operativa terá que recorrer à mobilização articulada dos

vários instrumentos disponíveis: incentivos financeiros; incentivos e agravamentos fiscais; intimações e, se necessário ações de substituição. A estratégia a utilizar deverá ser especificada no Plano Estratégico que terá que ser definido para cada ARU.

A gestão e acompanhamento do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU) será efetuada com recurso aos meios técnicos e humanos da Câmara Municipal, com o envolvimento dos Serviços ligados ao desenvolvimento deste processo, através da criação de uma equipa multidisciplinar.

Serão programados dois níveis de monitorização:

- Uma monitorização estratégica, que irá garantir a articulação com a Gestão do Programa Operacional Regional do Centro, no sentido de aferir, de forma contínua, o desenvolvimento das diversas ações e intervenções, e o cumprimento dos objetivos de natureza estratégica contratualizados com o Programa. Esta monitorização efetuará, igualmente, o acompanhamento e a articulação entre os diferentes atores intervenientes no Plano, e os elementos integrantes da equipa constituída.
- Uma monitorização operacional, de carácter mais quantitativo, que será realizada por cada um dos elementos da equipa constituída, de acordo com a sua área de atividade (financeira, ordenamento do território e obras municipais), e que terá por objetivo o controlo do programa de trabalhos, o acompanhamento de projetos e obras, a verificação administrativa e financeira da sua execução, e a monitorização dos indicadores de realização e resultado.

FIGUEIRA DA FOZ

Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano

Anexo A

PLANTAS

Índice de Plantas

ENQUADRAMENTO

Planta 1 – ARU da Figueira, Buarcos e Cabedelo

Planta 2 – Localização das Ações

MOBILIDADE DE MODOS SUAVES

Planta 3 – Rede ciclável

Planta 4 – Interface intermodal (Estação)

Planta 5 – Troço da Tamargueira ao nó a norte

Planta 6 – Percurso ciclável das Abadias

Planta 7 – Percurso Marina da Figueira – Gala

BUARCOS

Planta 8 – ARU de Buarcos

Planta 9 – Requalificação da frente marítima de Buarcos

Planta 10 – Largo da Tamargueira

FIGUEIRA

Planta 11 – ARU da Figueira da Foz

Planta 12 – Requalificação do núcleo antigo da Figueira da Foz

Planta 13 – Castelo Engenheiro Silva

Planta 14 – Coliseu Figueirense e espaço público envolvente

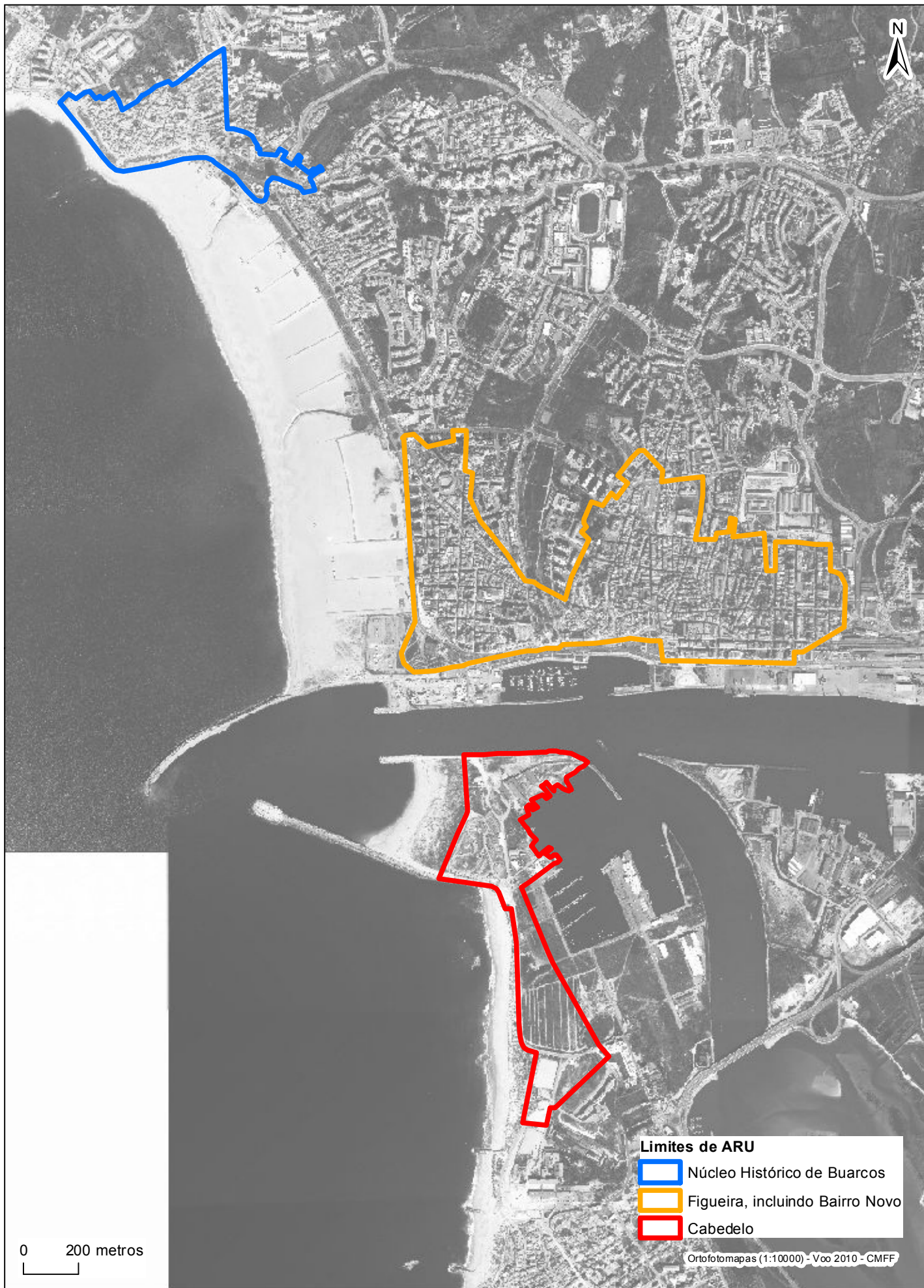
Planta 15 – Complexo Piscina Mar

CABEDELLO

Planta 16 – ARU do Cabedelo

Planta 17 – Requalificação do Cabedelo

Planta 18 – Programa estratégico preliminar da ARU do Cabedelo



Planta 1 - ARU da Figueira, Buarcos e Cabedelo

Data de elaboração:

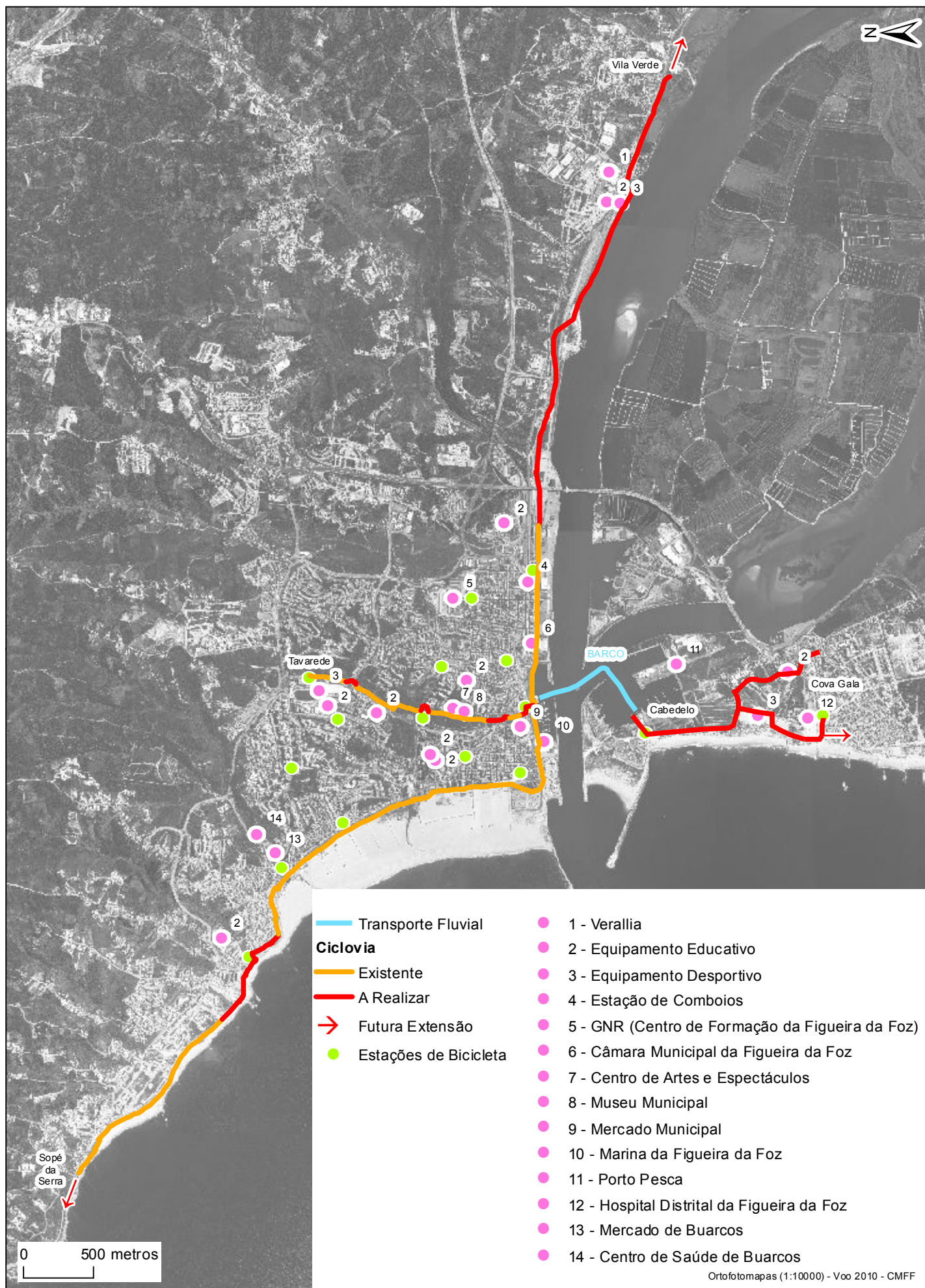
Agosto de 2015



Planta 2 - Localização das Ações

Data de elaboração:

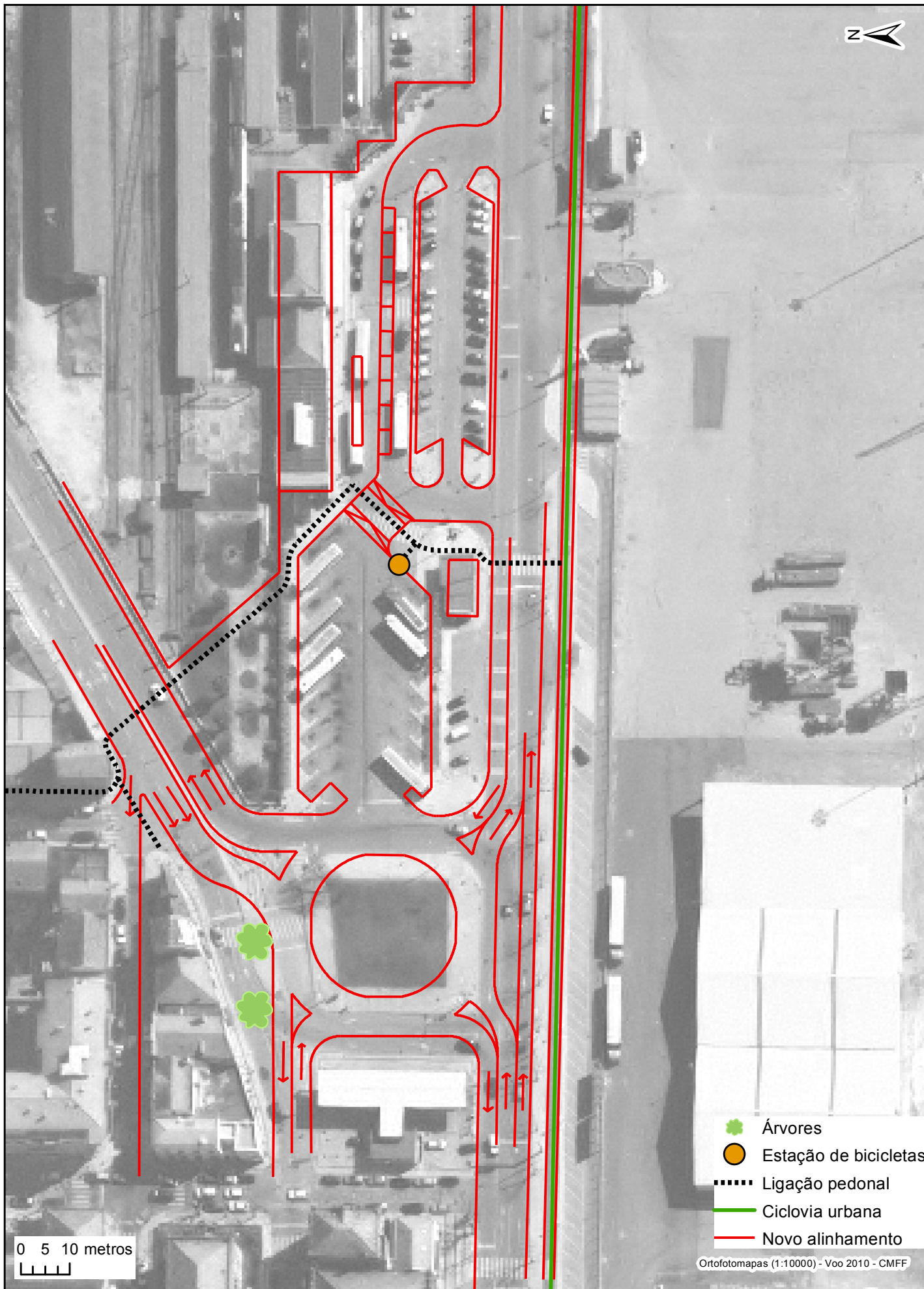
Agosto de 2015



Planta 3 - Rede Ciclável

Data de elaboração:

Agosto de 2015



- Árvores
- Estação de bicicletas
- Ligação pedonal
- Ciclovia urbana
- Novo alinhamento

Ortofotomapas (1:10000) - Voo 2010 - CMFF



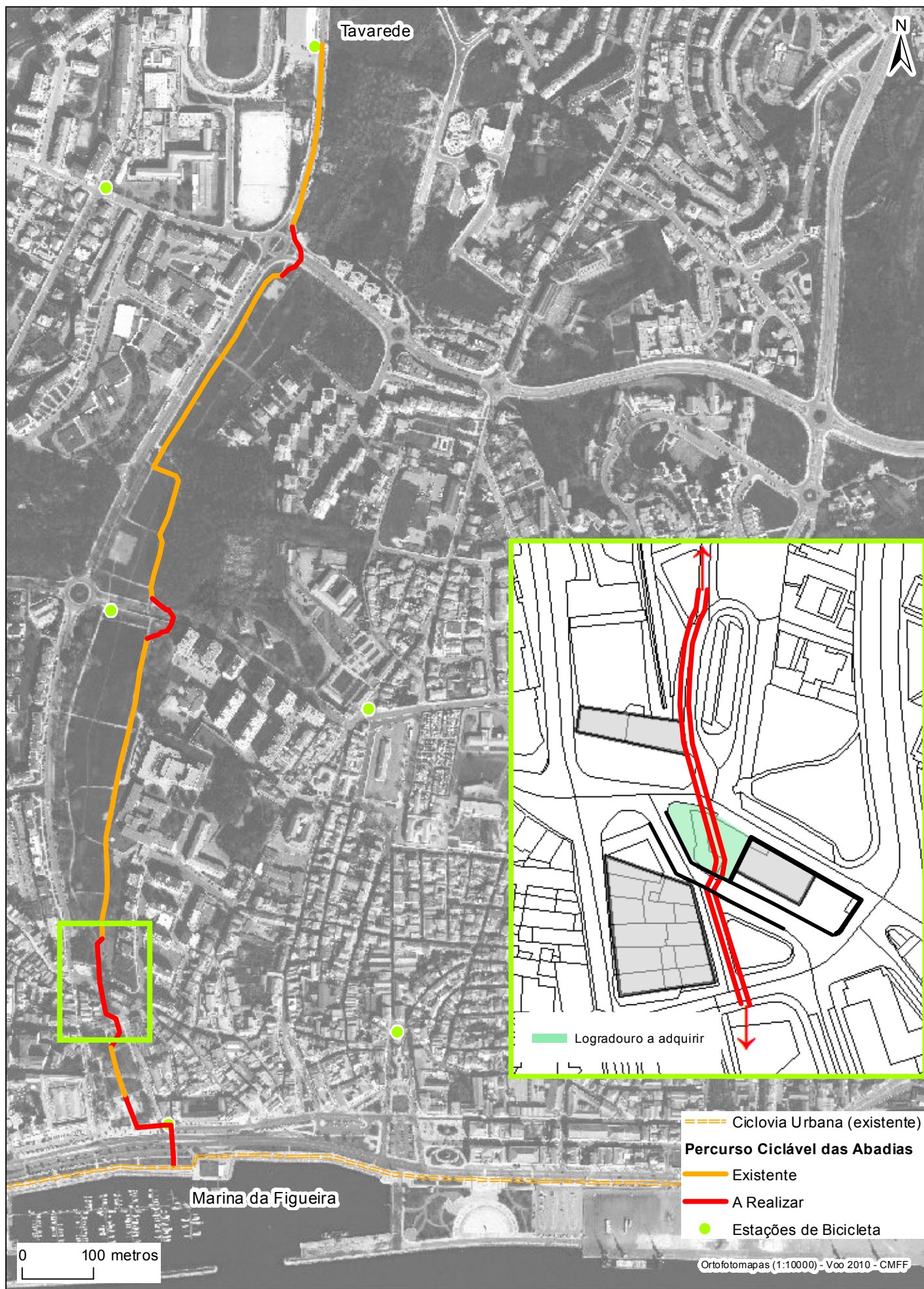
Planta 4 - Interface Intermodal (Estação)



Planta 5 - Troço da Tamargueira ao nó a norte

Data de elaboração:

Agosto de 2015



Planta 6 - Percurso Ciclável das Abadias

Data de elaboração:

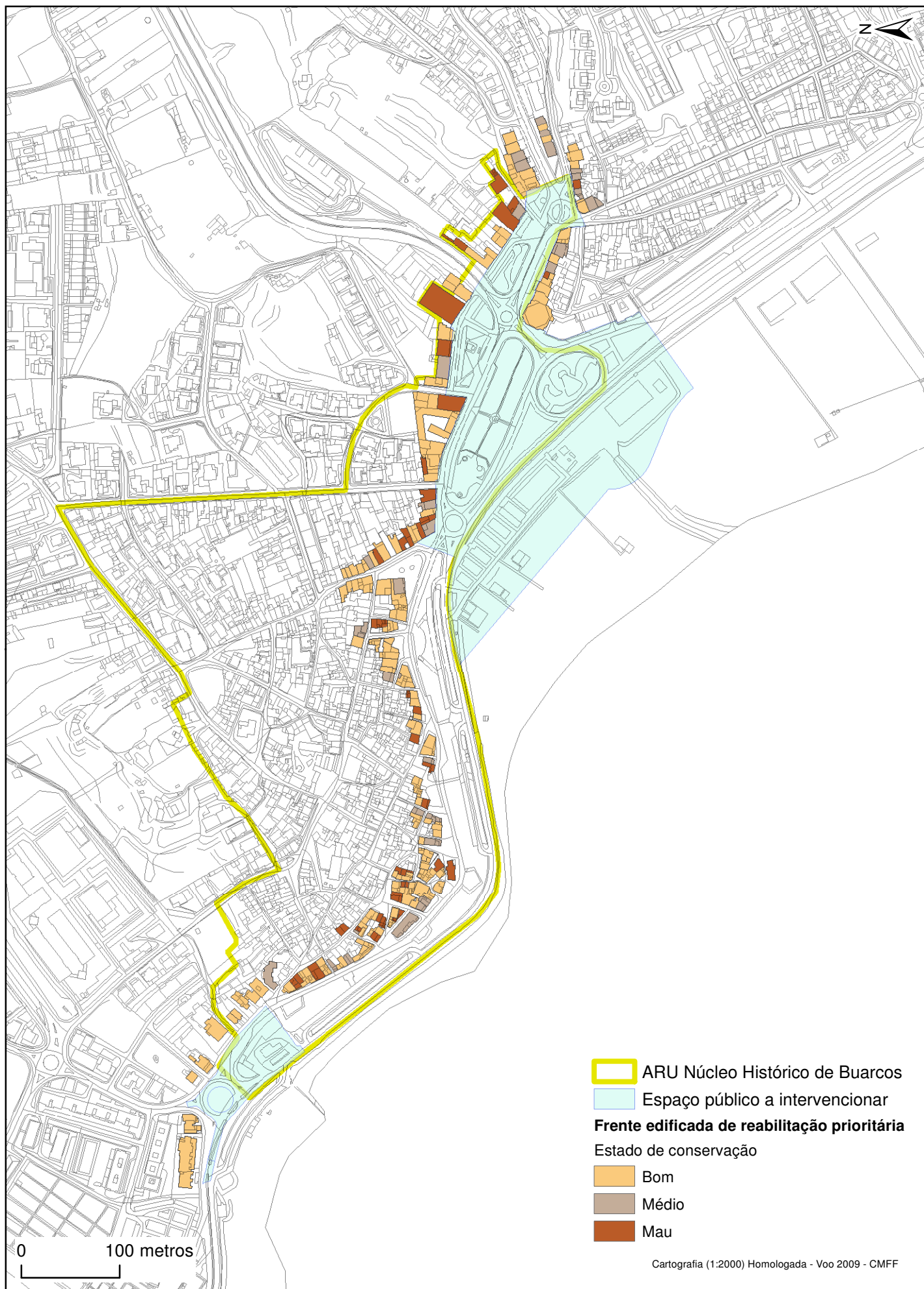
Agosto de 2015



Planta 7 - Percurso Marina da Figueira - Gala

Data de elaboração:

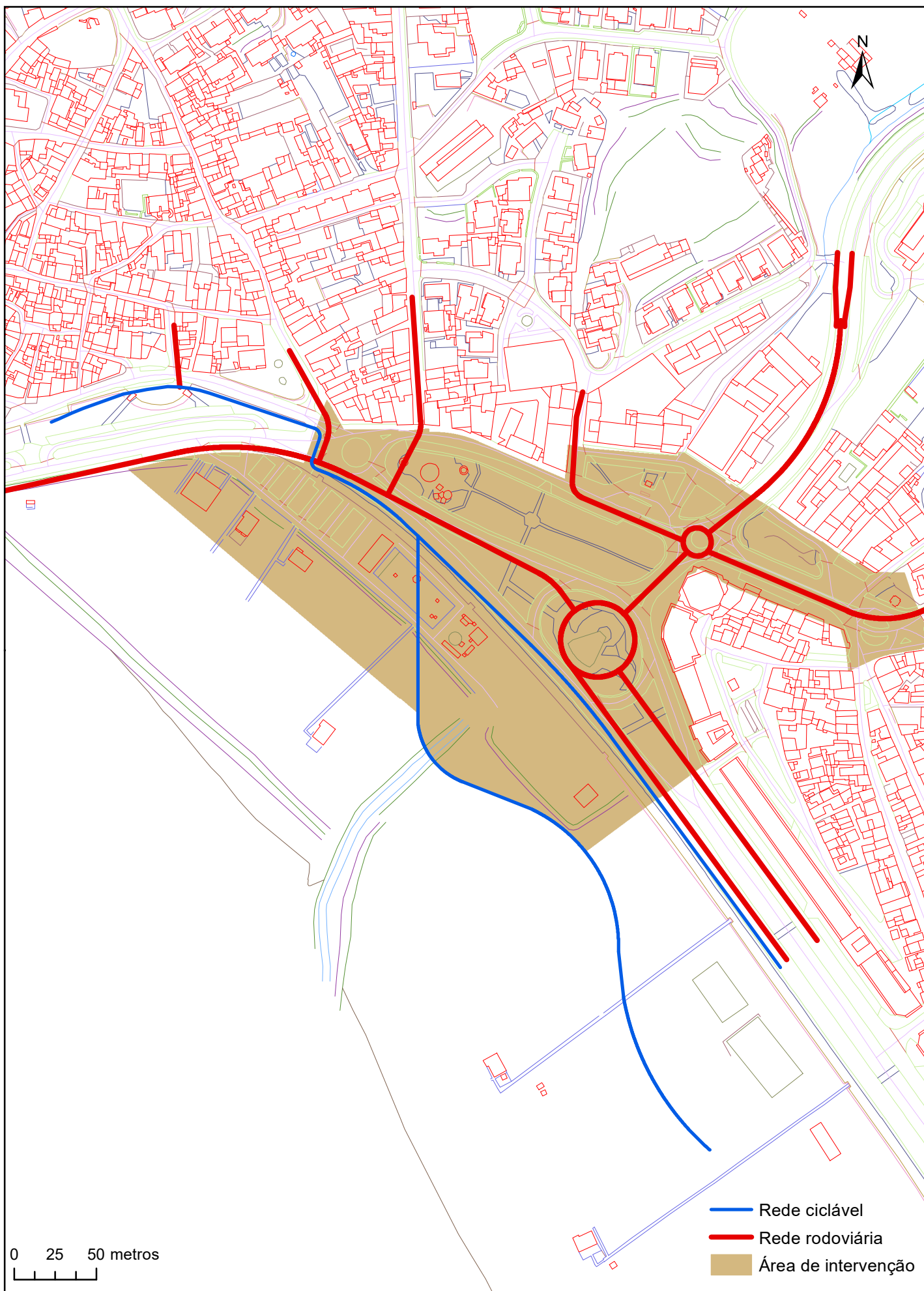
Agosto de 2015



Planta 8 - ARU de Buarcos

Data de elaboração:

Agosto de 2015



Planta 9 - Requalificação da frente marítima de Buarcos

Data de elaboração:

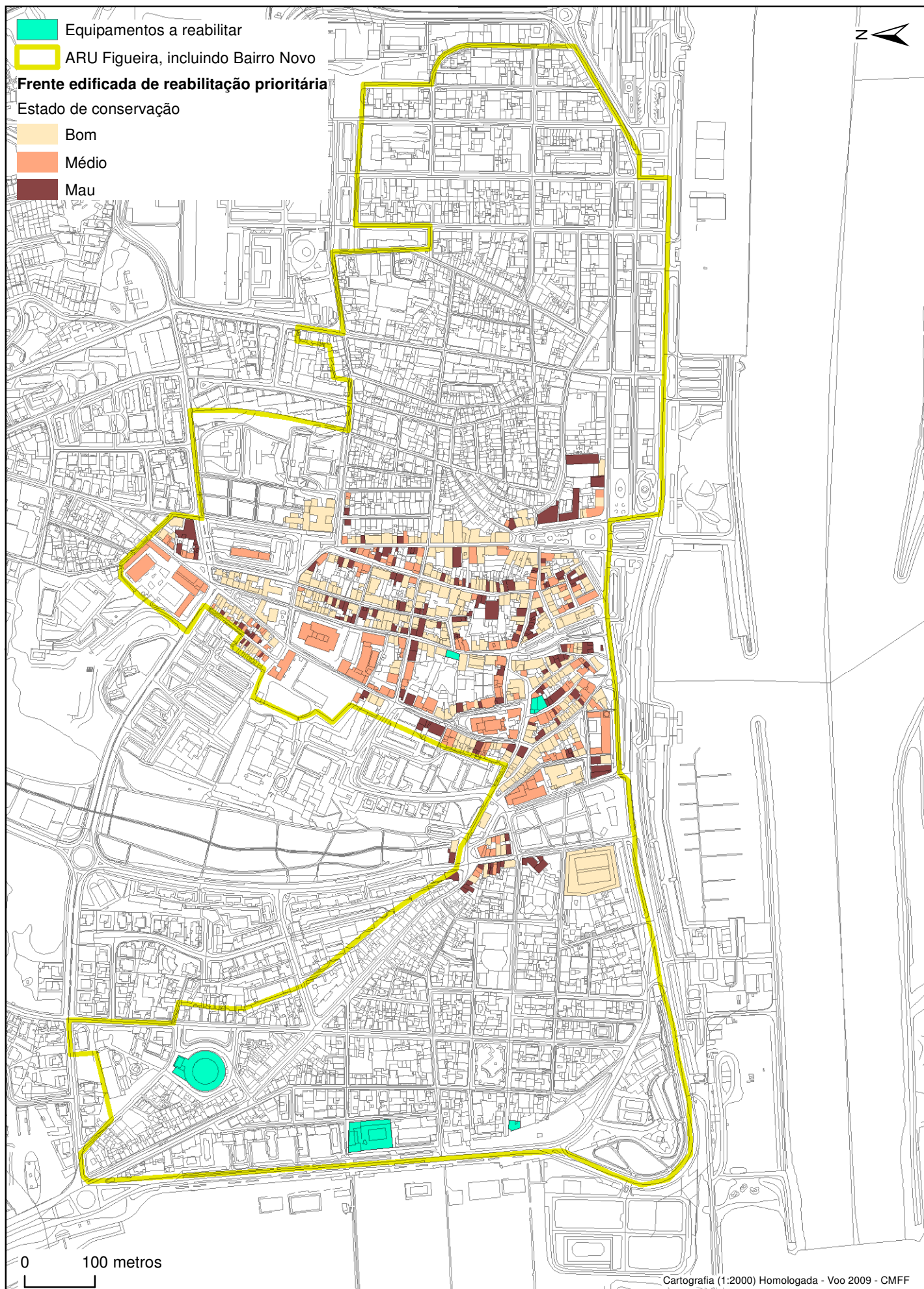
Agosto de 2015



Planta 10 - Requalificação do Largo da Tamargueira

Data de elaboração:

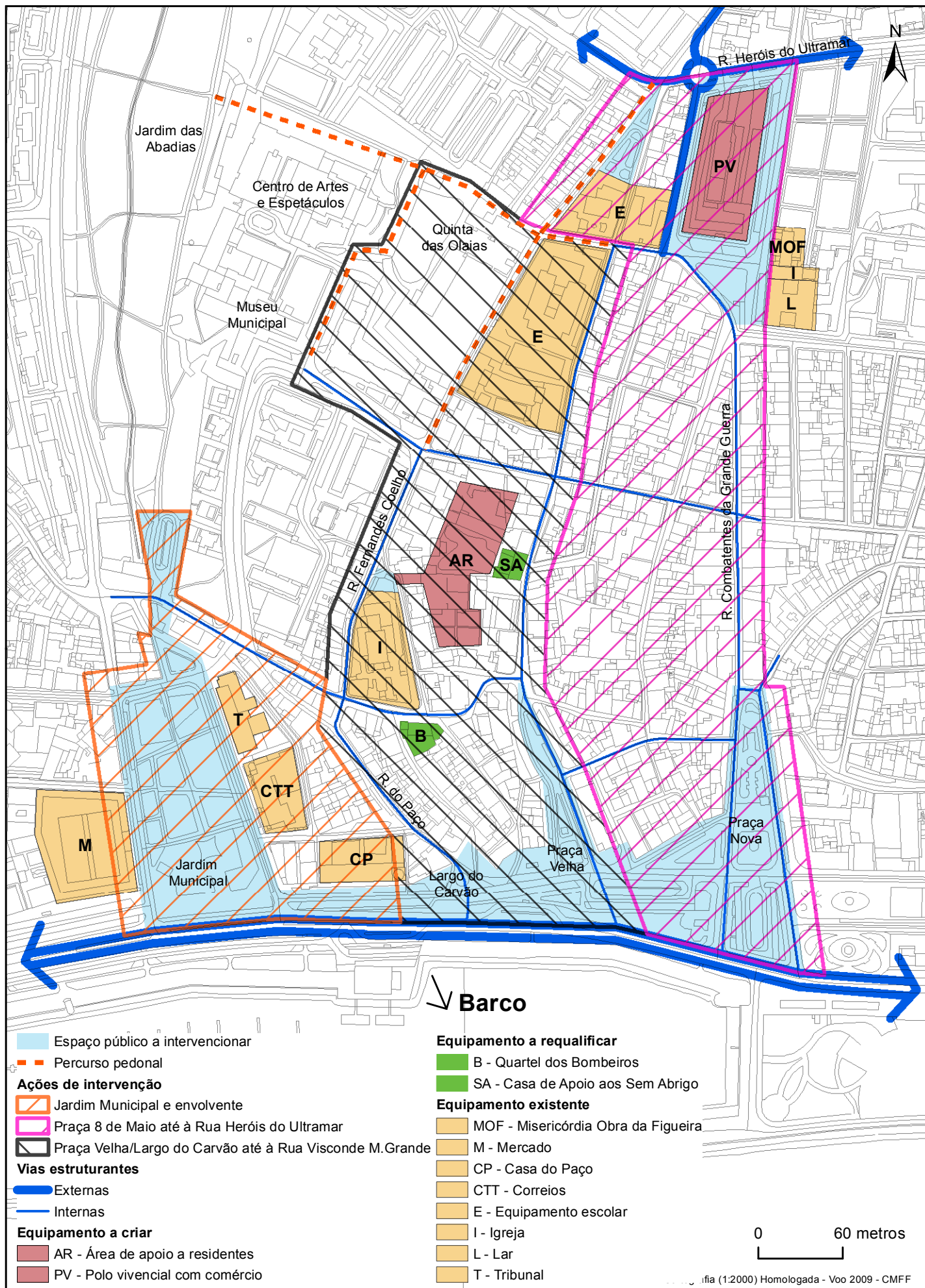
Agosto de 2015



Planta 11 - ARU da Figueira da Foz

Data de elaboração:

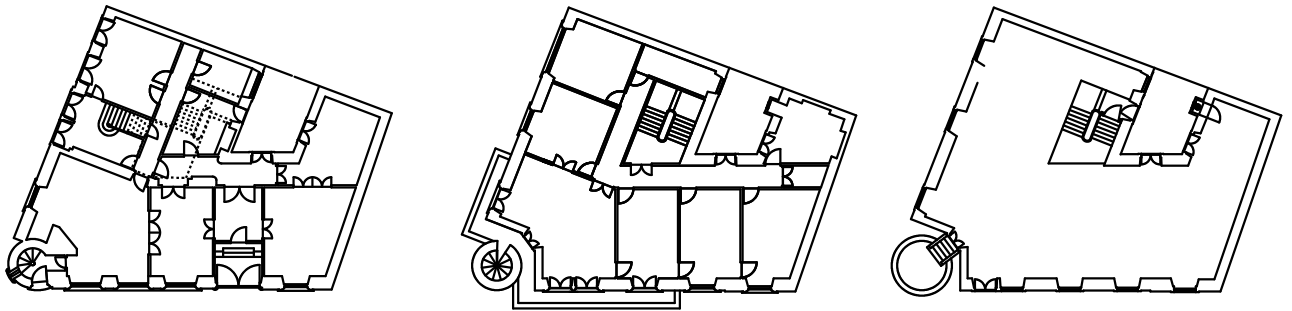
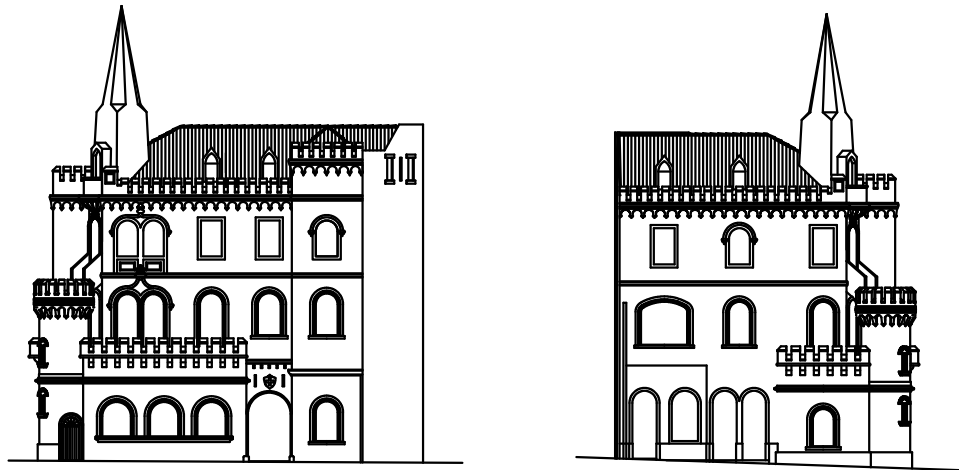
Agosto de 2015



Planta 12 - Requalificação do núcleo antigo da Figueira da Foz

Data de elaboração:

Agosto de 2015



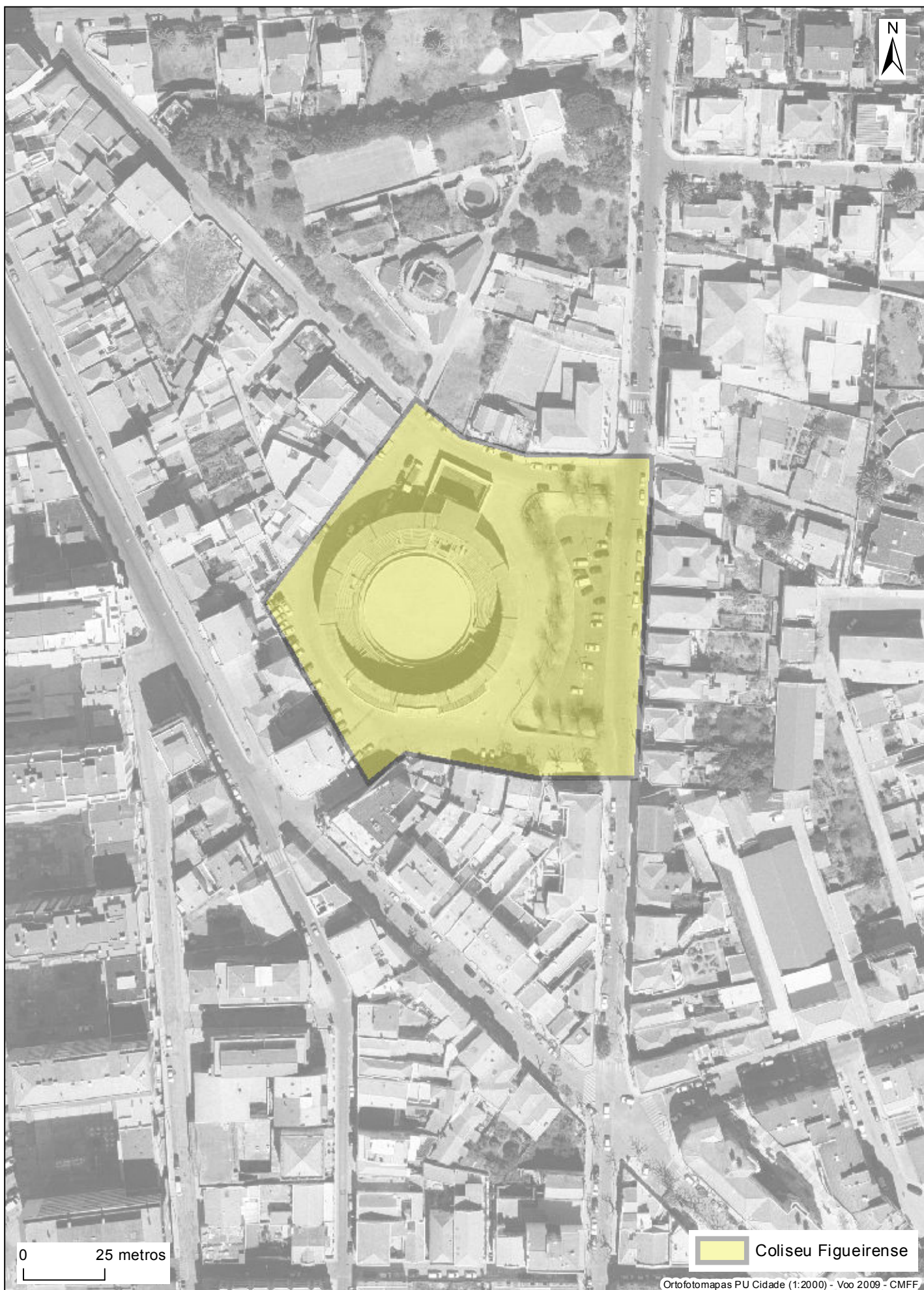
0 4 8 metros



Planta 13 - Castelo Engenheiro Silva

Data de elaboração:

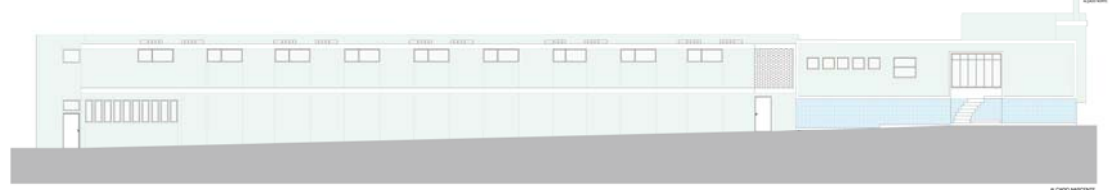
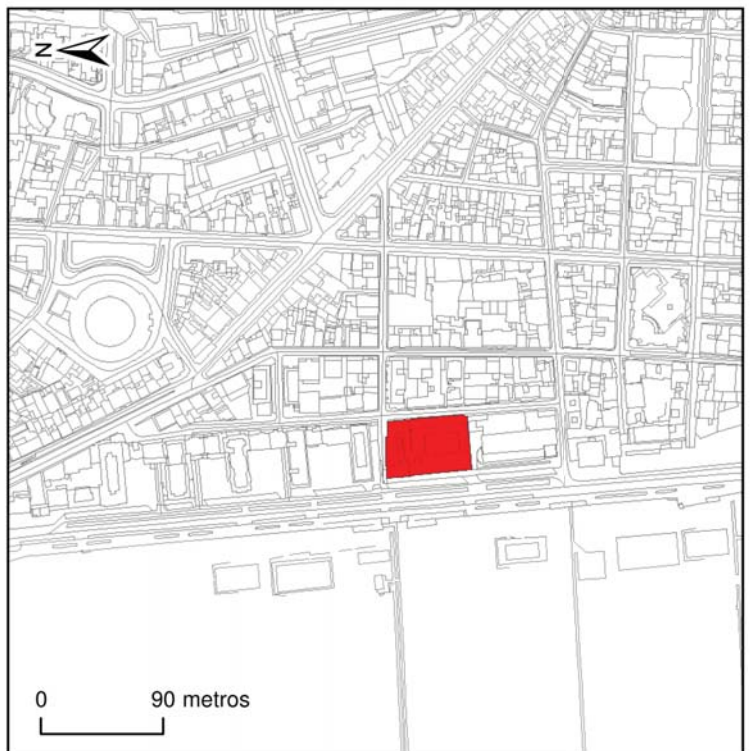
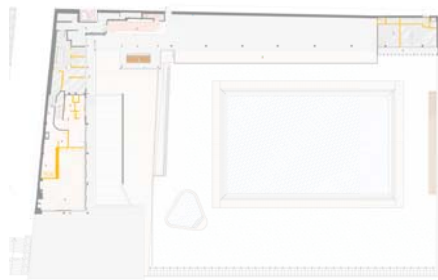
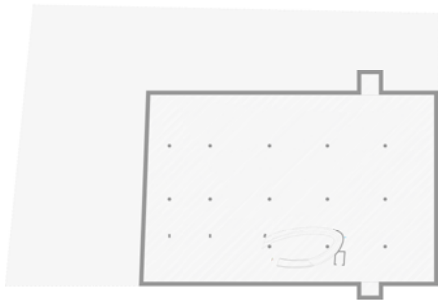
Agosto de 2015



Planta 14 - Coliseu Figueirense e espaço público envolvente

Data de elaboração:

Agosto de 2015



Planta 15 - Complexo Piscina Mar

Data de elaboração:

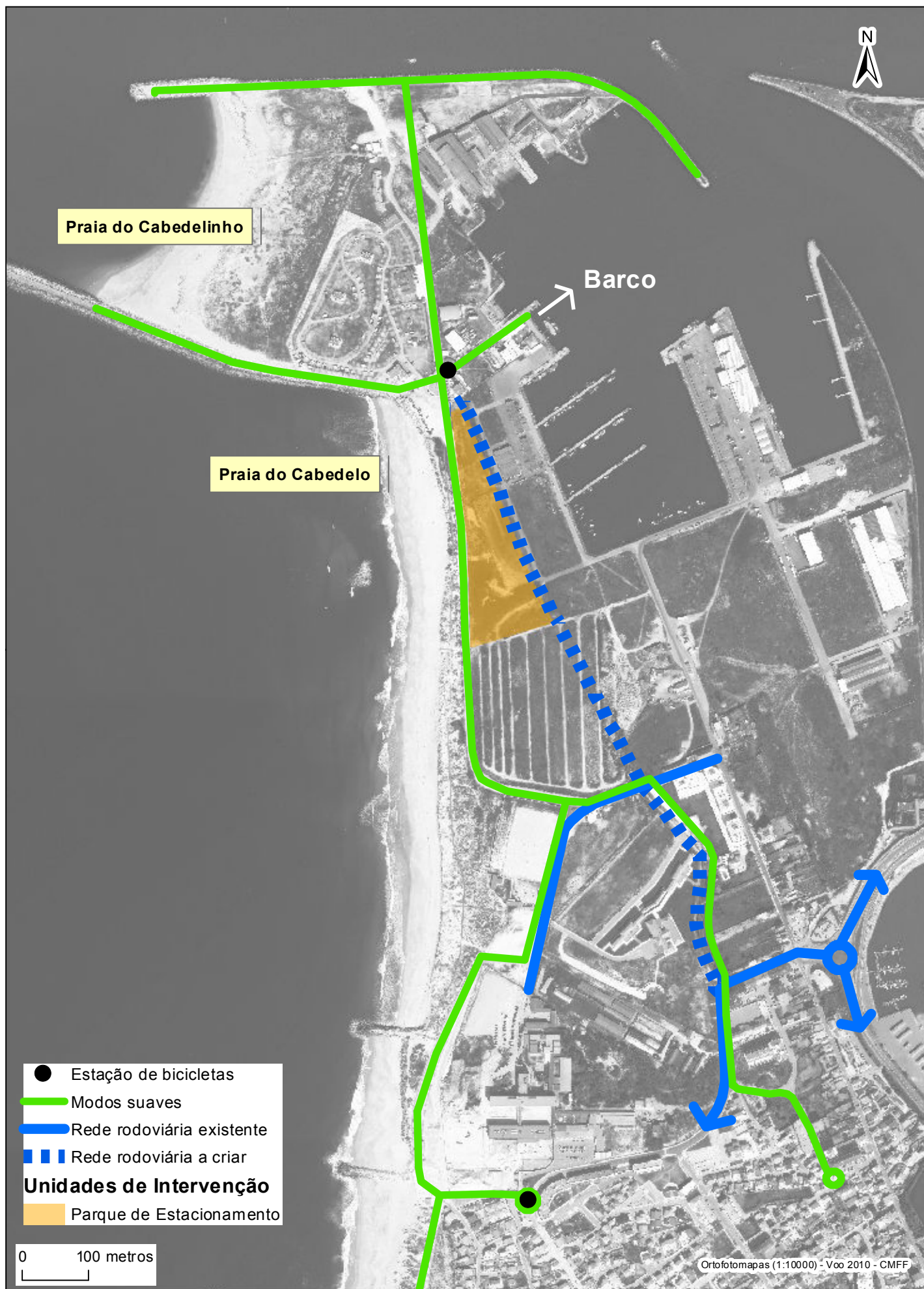
Agosto de 2015



Planta 16 - ARU do Cabedelo

Data de elaboração:

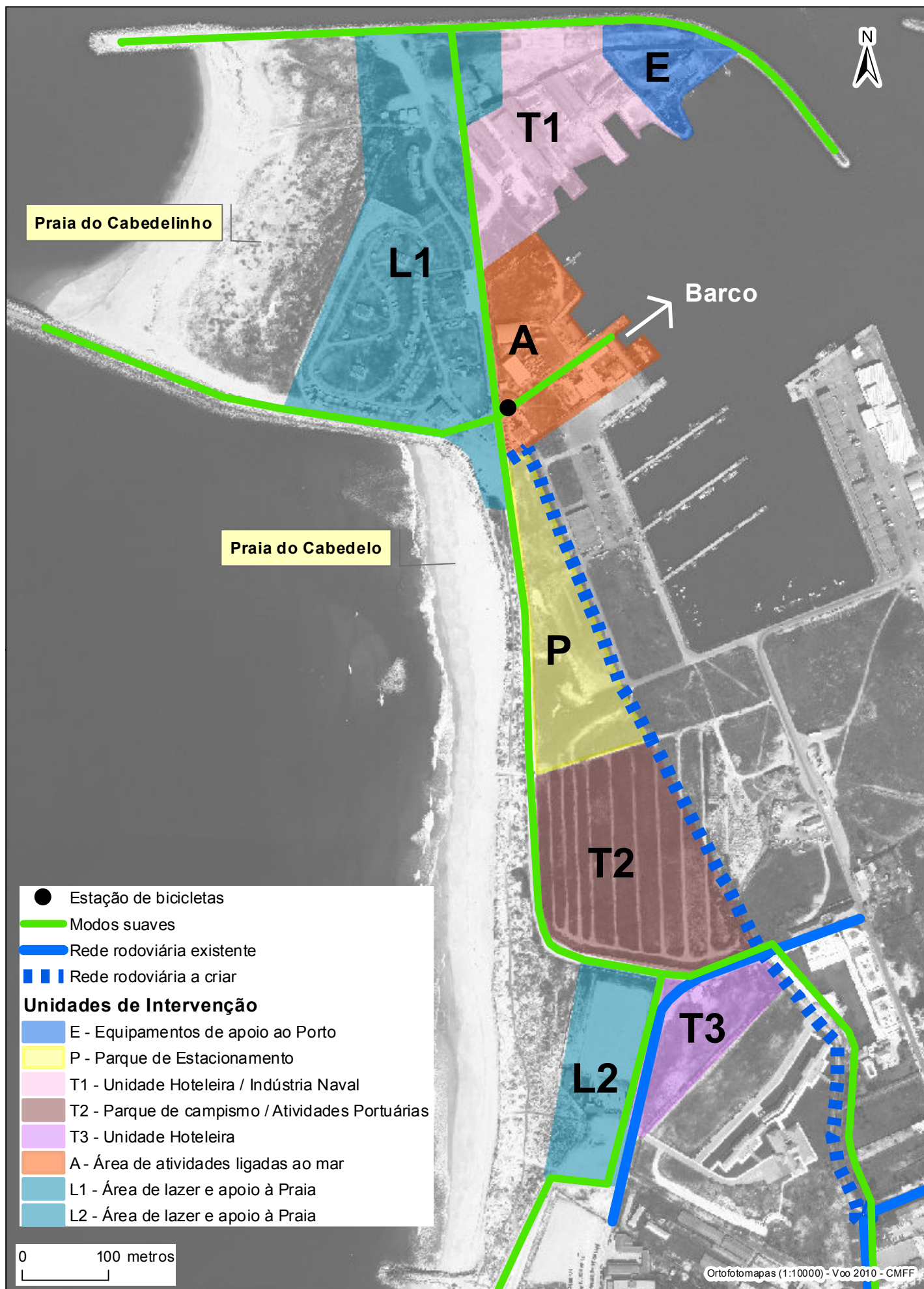
Agosto de 2015



Planta 17 - Requalificação do Cabedelo

Data de elaboração:

Agosto de 2015



FIGUEIRA DA FOZ

Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano

Anexo B

AÇÕES (EM FICHAS PEDU)

AÇÕES	ANO DE INÍCIO	Valor total estimado	PROPOSTA PARA CONTRATUALIZAÇÃO		
			Investimento público		
			Valor total estimado	FEDER 85%	AL 15%
PI 4.5 MOBILIDADE					
M1. Melhoria funcional do principal interface intermodal	2019	200 000	200 000	170 000	30 000
M2. Sistema de oferta de bicicletas partilhadas	2020	235 000	235 000	199 750	35 250
M3. Solução de bilhética integrada	2020	130 000	130 000	110 500	19 500
M4. Campanha para uma mobilidade sustentável	2020	100 000	0	0	0
M5.1. Troço a norte da Rotunda do Pescador	2018	500 000	500 000	425 000	75 000
M5.2. Troço norte interior às Muralhas de Buarcos	2019	150 000	150 000	127 500	22 500
M5.3. Largo da Tamargueira	2019	500 000	0	0	0
M5.4. Troço da Tamargueira ao nó a norte	2019	200 000	200 000	170 000	30 000
M6. Percurso Marina da Figueira/Gala	2018	400 000	400 000	340 000	60 000
M7. Percurso Estação/Vila Verde	2019	1 000 000	1 000 000	850 000	150 000
M8. Percurso ciclável das Abadias	2019	200 000	200 000	170 000	30 000
M9. Postos de carregamento elétrico	2020	60 000	0	0	0
1. TOTAL MOBILIDADE		3 675 000	3 015 000	2 562 750	452 250
PI 6.5 REGENERAÇÃO URBANA					
ARU BUARCOS					
B1. Qualificação da frente marítima de Buarcos	2018	2 500 000	2 500 000	2 125 000	375 000
ARU FIGUEIRA					
F1. Requalificação do núcleo antigo da Figueira da Foz - Desde a Praça 8 de Maio até à Rua Heróis do Ultramar	2016	1 650 000	1 150 000	977 500	172 500
F2. Requalificação do núcleo antigo da Figueira da Foz - Desde a Praça Velha/Largo do Carvão até à Rua Visconde da M.Grande	2016	1 500 000	1 500 000	1 275 000	225 000
F3. Requalificação do núcleo antigo da Figueira da Foz - Jardim Municipal e envolvente	2018	700 000	400 000	340 000	60 000
F4. Requalificação do antigo Quartel dos Bombeiros Municipais	2016	500 000	500 000	425 000	75 000
F5. Reabilitação do antigo edifício da PSP	2017	500 000	500 000	425 000	75 000
F6. Requalificação do Castelo Engenheiro Silva	2017	350 000	350 000	297 500	52 500
F7. Reabilitação da zona envolvente do Coliseu Figueirense	2019	150 000	150 000	127 500	22 500
F8. Reabilitação do Complexo Piscina Mar		2 000 000	0	0	0
ARU CABEDELLO					
C1. Requalificação urbana do Cabedelo	2017	2 750 000	1 750 000	1 487 500	262 500
C2. Áreas de lazer de apoio à praia	2017	2 000 000	1 000 000	850 000	150 000
C3. Requalificação dos espaços industriais degradados	2017	1 005 000	0	0	0
2. TOTAL REGENERAÇÃO URBANA		15 605 000	9 800 000	8 330 000	1 470 000
ARU FIGUEIRA, BUARCOS E CABEDELLO					
3. F/B/C. Reabilitação de edifícios privados		2 500 000	0	2 500 000	0
4. Total PEDU (1+2+3)		21 780 000	12 815 000	13 392 750	1 922 250

PLANO DE MOBILIDADE URBANA SUSTENTÁVEL (ficha de cada ação)

Melhoria funcional do principal interface intermodal	Temporalidade	Curto
	Código da ação (identificador da medida e sequencial dentro da medida)	A/1 (M1)

Localização ou território abrangido	Cidade da Figueira da Foz
-------------------------------------	---------------------------

Objetivos Específicos	Melhoria funcional das relações entre estações ferroviária, rodoviária e de bicicletas partilhadas. Correções à circulação rodoviária e ciclável na chegada à cidade.
-----------------------	--

DESCRIÇÃO
<p>Apesar de proximidade física entre o terminal rodoviário e a estação da Refer da Figueira da Foz, a inexistência de uma estratégia de intermodalidade impossibilita o aproveitamento das sinergias resultantes da combinação entre estes dois modos de transporte. A reorganização física da interface, com a partilha de elementos como a bilheteira e sala de espera, permite a otimização dos recursos e uma eficiência no serviço, possibilitando a transferência modal entre o transporte público urbano, interurbano e regional. Possibilita ainda a integração dos modos rodoviário, ferroviário, complementado com os modos suaves de transportes, como o ciclável.</p> <p>Esta medida contempla as seguintes ações:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Obras para melhoria funcional entre os edifícios, contíguos, das estações ferroviária e rodoviária (obra em curso, a cargo da REFER). - Alargamento e qualificação do espaço público fronteiro, permitindo uma presença pedonal e a instalação de estação de bicicletas coletivas. Ligação explícita da estação à pista ciclável existente do outro lado da rua. - Operacionalização do nó rodoviário de chegada à Cidade, contíguo ao Intermodal. <p>O impacto das medidas a adotar pode ser calculado com base em indicadores das alterações que vierem a ocorrer na utilização dos diversos modos de transporte.</p> <p>Nos movimentos pendulares entre Coimbra e a Figueira da Foz haverá substituição do transporte individual pelo comboio (objetivo de 5% para 2018 e de 10% para 2020), mas também para outros municípios como Cantanhede ou Montemor-o-</p>

Tipologia de medidas	(iii) a melhoria da rede de interfaces (incluindo intervenções em estacionamento quando associado às estações ferroviárias ou interfaces de transportes públicos como terminais de autocarros e na periferia de centros urbanos), a sua organização funcional e a sua inserção urbana no território (envolvendo distintas categorias, como as sugeridas no Pacote da Mobilidade, por exemplo, pontos de chegada e correspondência (PCC) ou pequenas e médias interfaces (ECC)), tendo em especial atenção a qualidade do serviço prestado, as suas acessibilidades aos peões e bicicletas, a sua organização funcional e a sua inserção urbana no território.
----------------------	---

Custo	200 000,00 €
-------	--------------

Horizonte Temporal	2020
--------------------	------

Quem é responsável	Câmara Municipal da Figueira da Foz
--------------------	-------------------------------------

Interdependências	B/1; C/1; D/1; E/1; E/2; E/3; E/4; E/5
-------------------	--

RESULTADOS ESPERADOS (Indicadores de Realização e de Resultado com metas)
<p>Indicadores de realização:</p> <p>Número de interfaces criados: 1</p> <p>Indicadores de resultado:</p> <p>Emissão estimada dos gases com efeito de estufa em 2018 (ton/CO₂): 437,8</p> <p>Emissão estimada dos gases com efeito de estufa em 2023 (ton/CO₂): 3.149</p>

Financiamento	170 000 €
---------------	-----------

RECEITAS PRÓPRIAS	30 000 €
-------------------	----------

EMPRÉSTIMOS	
-------------	--

ESTRUTURA DE CUSTO DO INVESTIMENTO

ESTUDOS E PROJETOS	10 000 €
AÇÕES IMATERIAIS	0 €
EMPREITADAS	190 000 €
OUTRAS AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	0 €
CERTIFICAÇÕES	0 €
CUSTO DE EXPLORAÇÃO	0 €
TOTAIS	200 000 €

PLANO DE MOBILIDADE URBANA SUSTENTÁVEL (ficha de cada ação)

Criação de um sistema de oferta de bicicletas partilhadas	Temporalidade	Médio
	Código da ação (identificador da medida e sequencial dentro da medida)	B/1 (M2)

Localização ou território abrangido	Cidade da Figueira da Foz, incluindo Buarcos e Cova / Gala
-------------------------------------	--

Objetivos Específicos	Aumento do número de bicicletas nas deslocações quotidianas e redução do uso dos meios motorizados emissores de CO ₂ .
-----------------------	---

DESCRIÇÃO
<p>A mobilidade ciclável constitui um especial desafio na Figueira da Foz, pois, apesar da orografia plana e da forte tradição local de uso da bicicleta, a rede ciclável existente encontra-se algo fragmentada e não suficientemente articulada num plano global de mobilidade quotidiana.</p> <p>Pretende-se criar um Sistema de Bicicletas Partilhadas associado à rede de percursos dedicados prevista, mas abrangendo uma área mais alargada, na qual as bicicletas podem partilhar as vias com o tráfego motorizado.</p> <p>Assim, irá servir uma área de cerca de 3,5km² e uma população residente da ordem dos 12 mil habitantes. Face a esta abrangência, deverá ter as seguintes características:</p> <ul style="list-style-type: none"> - 65 bicicletas, para que 60 se encontrem em cada momento disponíveis, - 15 estações (com localizações sugeridas), 1/3 das quais com quiosque e com um número médio de 8 docas/estação.

Tipologia de medidas	<p>(i) o incremento dos modos suaves (bicicleta e pedonal), através da construção de ciclovias ou vias pedonais (excluindo as que tenham fins de lazer como objetivo principal), podendo exigir a eliminação de pontos de acumulação de acidentes que envolvem peões e ciclistas;</p> <p>ii) o reforço da integração multimodal para os transportes urbanos públicos coletivos de passageiros através da melhoria das soluções de bilhética integrada.</p>
----------------------	--

Custo	235 000,00 €
-------	--------------

Horizonte Temporal	
--------------------	--

Quem é responsável	Câmara Municipal da Figueira da Foz + Concessionário (Concurso Público)
--------------------	---

Interdependências	A/1; C/1; E/1; E/2; E/3; E/4; E/5
-------------------	-----------------------------------

RESULTADOS ESPERADOS (Indicadores de Realização e de Resultado com metas)
<p>Indicador de resultado:</p> <p>Emissão estimada dos gases com efeito de estufa em 2018 (ton/CO₂): 8</p> <p>Emissão estimada dos gases com efeito de estufa em 2023 (ton/CO₂): 40</p> <p>Indicadores de realização:</p> <p>Nº lugares de estacionamento de bicicleta criados: 15</p> <p>Utilizações/dia/bicicleta partilhada em 2020 (nº): 4</p>

Financiamento	199 750 €
---------------	-----------

RECEITAS PRÓPRIAS	35 250 €
-------------------	----------

EMPRÉSTIMOS	
-------------	--

ESTRUTURA DE CUSTO DO INVESTIMENTO

ESTUDOS E PROJETOS	5 000 €
AÇÕES IMATERIAIS	0 €
EMPREITADAS	100 000 €
OUTRAS AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	0 €
CERTIFICAÇÕES	0 €
CUSTO DE EXPLORAÇÃO	130 000 €
TOTAIS	235 000 €

PLANO DE MOBILIDADE URBANA SUSTENTÁVEL (ficha de cada ação)

Solução de bilhética integrada	Temporalidade	Curto
	Código da ação (identificador da medida e sequencial dentro da medida)	C/1 (M3)

Localização ou território abrangido	Município da Figueira da Foz
-------------------------------------	------------------------------

Objetivos Específicos	Promoção do aumento da utilização do transporte público através da criação de soluções de bilhética integrada.
-----------------------	--

DESCRIÇÃO	
<p>Com a transferência de competências no domínio da contratualização do transporte público para as autarquias, o município da Figueira da Foz tem de se dotar de sistemas de monitorização e gestão dos transportes.</p> <p>A ação proposta visa a criação de um sistema multimodal de transportes, que inclua a integração tarifária dos sistemas de bilhética dos diversos operadores de transporte público, incentivando a transferência modal para um modo de transporte mais sustentável, com a consequente redução nas emissões de carbono.</p> <p>A estratégia para a Figueira da Foz passa pela compatibilização tecnológica com o sistema de bilhética integrada existente em Coimbra, nomeadamente através do cartão "Coimbra ConVida".</p> <p>Desta forma, é fundamental a dotação de um sistema capaz de dar resposta a essa necessidade de integração, adaptado ao serviço de transporte público de cariz urbano, a par de um sistema de validação compatível.</p> <p>Esta ação incluirá a adaptação dos sistemas de bilhética (hardware e software) dos operadores de transporte público, de modo a permitir soluções de bilhética integrada e repartição da receita em função da utilização, bem como a criação de títulos de transporte multimodais.</p> <p>Pretende-se ainda adquirir duas máquinas de venda automática de títulos de transporte, uma vez que o município terá de assumir essa responsabilidade no âmbito das novas competências.</p> <p>É possível aumentar a atratividade do sistema articulando-o com sistemas alternativos que fomentem a intermodalidade, nomeadamente através do uso de bicicletas com um sistema de bikesharing a partir da interface.</p> <p>A contribuição desta medida para a poupança de emissões de CO₂ pode ser estimada por uma contribuição adicional de 10% proveniente da contribuição da intervenção no interface.</p>	

Tipologia de medidas	(ii) o reforço da integração multimodal para os transportes urbanos públicos coletivos de passageiros através da melhoria das soluções de bilhética integrada;
----------------------	--

Custo	130 000,00 €
-------	--------------

Horizonte Temporal	2017
--------------------	------

Quem é responsável	Câmara Municipal da Figueira da Foz; Operadores de Transporte de Passageiros
--------------------	--

Interdependências	A/1; B/1; D/1; E/1; E/2; E/3; E/4; E/5
-------------------	--

RESULTADOS ESPERADOS (Indicadores de Realização e de Resultado com metas)	
<p>Indicadores de realização:</p> <p>Sistema de bilhética integrada implementado (n.º) - 1</p> <p>Equipamentos de venda automática de bilhetes instalados (n.º) - 15</p> <p>Indicadores de resultado:</p> <p>Emissão estimada dos gases com efeito de estufa em 2018 (ton/CO₂): 43,8</p> <p>Emissão estimada dos gases com efeito de estufa em 2023 (ton/CO₂): 314,9</p>	

Financiamento	110 500 €
---------------	-----------

RECEITAS PRÓPRIAS	19 500 €
-------------------	----------

EMPRÉSTIMOS	
-------------	--

ESTRUTURA DE CUSTO DO INVESTIMENTO	
ESTUDOS E PROJETOS	0 €
AÇÕES IMATERIAIS	0 €
EMPREITADAS	70 000 €
OUTRAS AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	60 000 €
CERTIFICAÇÕES	0 €
CUSTO DE EXPLORAÇÃO	0 €
TOTAIS	130 000 €

PLANO DE MOBILIDADE URBANA SUSTENTÁVEL (ficha de cada ação)

Troço a norte da Rotunda do Pescador	Temporalidade	Curto
	Código da ação (identificador da medida e sequencial dentro da medida)	E/1.1 (M5.1)

Localização ou território abrangido	Buarcos
-------------------------------------	---------

Objetivos Específicos	Implantar a velocidade 30 disponibilizando espaço para a função pedonal e ciclável.
-----------------------	---

DESCRIÇÃO
<p>A mobilidade ciclável constitui um especial desafio na Figueira da Foz, pois, apesar da orografia plana e da forte tradição local de uso da bicicleta, a rede ciclável existente encontra-se algo fragmentada e não suficientemente articulada num plano global de mobilidade quotidiana.</p> <p>Este percurso irá ligar-se a outros já existentes concluindo a pista ciclável de 6,6 km entre a Estação e o sopé da Serra da Boa Viagem. Esta ação corresponde à reformulação do canal de circulação, a partir da qual se pretende implantar velocidade 30, o que implica redução da rotunda, eliminação da seguinte e redução de vias, incluindo sinalização, num troço com 810m de extensão. Esta intervenção articula-se com a B.1, de qualificação do Largo dos Caras Direitas.</p> <p>O impacto da implementação desta medida pode ser calculado através da medição da utilização da bicicleta nas deslocações diárias da população. Para tal, está prevista a evolução uma substituição do transporte individual pela bicicleta nos movimentos pendulares da população abrangida por este troço entre as freguesias de Buarcos e São Julião de 1% em 2017 para 5% em 2020, para um distância média de 4km.</p>

Tipologia de medidas	(i) o incremento dos modos suaves (bicicleta e pedonal), através da construção de ciclovias ou vias pedonais (excluindo as que tenham fins de lazer como objetivo principal), podendo exigir a eliminação de pontos de acumulação de acidentes que envolvem peões e ciclistas.
----------------------	--

Custo	500 000,00 €
-------	--------------

Horizonte Temporal	2018
--------------------	------

Quem é responsável	Câmara Municipal da Figueira da Foz
--------------------	-------------------------------------

Interdependências	A/1; B/1; C/1; D/1; E/2; E/3; E/4; E/5
-------------------	--

RESULTADOS ESPERADOS (Indicadores de Realização e de Resultado com metas)
<p>Indicador de resultado:</p> <p>Emissão estimada dos gases com efeito de estufa em 2018 (ton/CO2): 3,2</p> <p>Emissão estimada dos gases com efeito de estufa em 2023 (ton/CO2): 16,2</p> <p>Indicador de realização:</p> <p>Vias dedicadas às mobilidades suaves ou à redução de emissões de carbono (m): 810</p>

Financiamento	425 000 €
---------------	-----------

RECEITAS PRÓPRIAS	75 000 €
-------------------	----------

EMPRÉSTIMOS	
-------------	--

ESTRUTURA DE CUSTO DO INVESTIMENTO

ESTUDOS E PROJETOS	25 000 €
AÇÕES IMATERIAIS	0 €
EMPREITADAS	475 000 €
OUTRAS AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	0 €
CERTIFICAÇÕES	0 €
CUSTO DE EXPLORAÇÃO	0 €
TOTAIS	500 000 €

PLANO DE MOBILIDADE URBANA SUSTENTÁVEL (ficha de cada ação)

Troço norte interior às Muralhas de Buarcos	Temporalidade	Curto
	Código da ação (identificador da medida e sequencial dentro da medida)	E/1.2 (M5.2)

Localização ou território abrangido	Freguesia de Buarcos e São Julião
-------------------------------------	-----------------------------------

Objetivos Específicos	Replicação no troço final norte do arruamento dentro das Muralhas, da qualificação realizada, com reforço das funções pedonal e ciclável.
-----------------------	---

DESCRIÇÃO
<p>A mobilidade ciclável constitui um especial desafio na Figueira da Foz, pois, apesar da orografia plana e da forte tradição local de uso da bicicleta, a rede ciclável existente encontra-se algo fragmentada e não suficientemente articulada num plano global de mobilidade quotidiana.</p> <p>Este percurso irá ligar-se a outros já existentes concluindo a pista ciclável de 6,6 km entre a Estação e o sopé da Serra da Boa Viagem. Esta ação corresponde à replicação, no troço final norte do arruamento dentro das Muralhas, da qualificação já realizada, com reforço da função pedonal, numa extensão de 290m.</p> <p>O impacto da implementação desta medida pode ser calculado através da medição da utilização da bicicleta nas deslocações diárias da população. Para tal, está prevista a evolução uma substituição do transporte individual pela bicicleta nos movimentos pendulares da população abrangida por este troço entre as freguesias de Buarcos e São Julião de 1% em 2017 para 5% em 2020.</p>

Tipologia de medidas	(i) o incremento dos modos suaves (bicicleta e pedonal), através da construção de ciclovias ou vias pedonais (excluindo as que tenham fins de lazer como objetivo principal), podendo exigir a eliminação de pontos de acumulação de acidentes que envolvem peões e ciclistas.
----------------------	--

Custo	150 000,00 €
-------	--------------

Horizonte Temporal	2018
--------------------	------

Quem é responsável	Câmara Municipal da Figueira da Foz
--------------------	-------------------------------------

Interdependências	A/1; B/1; C/1; D/1; E/2; E/3; E/4; E/5
-------------------	--

RESULTADOS ESPERADOS (Indicadores de Realização e de Resultado com metas)
<p>Indicador de resultado:</p> <p>Emissão estimada dos gases com efeito de estufa em 2018 (ton/CO2): 3,2</p> <p>Emissão estimada dos gases com efeito de estufa em 2023 (ton/CO2): 16,2</p> <p>Indicador de realização:</p> <p>Vias dedicadas às mobilidades suaves ou à redução de emissões de carbono (m): 290</p>

Financiamento	127 500 €
---------------	-----------

RECEITAS PRÓPRIAS	22 500 €
-------------------	----------

EMPRÉSTIMOS	
-------------	--

ESTRUTURA DE CUSTO DO INVESTIMENTO

ESTUDOS E PROJETOS	7 500 €
AÇÕES IMATERIAIS	0 €
EMPREITADAS	142 500 €
OUTRAS AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	0 €
CERTIFICAÇÕES	0 €
CUSTO DE EXPLORAÇÃO	0 €
TOTAIS	150 000 €

PLANO DE MOBILIDADE URBANA SUSTENTÁVEL (ficha de cada ação)

Troço da Tamargueira ao nó a norte	Temporalidade	Curto
	Código da ação (identificador da medida e sequencial dentro da medida)	E/1.4 (M5.4)

Localização ou território abrangido	Buarcos
-------------------------------------	---------

Objetivos Específicos	Reperfilamento da via existente para reforço da circulação pedonal e ciclável.
-----------------------	--

DESCRIÇÃO
<p>A mobilidade ciclável constitui um especial desafio na Figueira da Foz, pois, apesar da orografia plana e da forte tradição local de uso da bicicleta, a rede ciclável existente encontra-se algo fragmentada e não suficientemente articulada num plano global de mobilidade quotidiana.</p> <p>Este percurso irá ligar-se a outros já existentes concluindo a pista ciclável de 6,6 km entre a Estação e o sopé da Serra da Boa Viagem. Esta ação corresponde à requilificação do troço da Av. Infante D. Pedro entre o Largo da Tamargueira até ao nó seguinte, a norte, com reperfilamento da via para reforço da circulação pedonal e ciclável, numa extensão de 450m.</p> <p>O impacto da implementação desta medida pode ser calculado através da medição da utilização da bicicleta nas deslocações diárias da população. Para tal, está prevista a evolução uma substituição do transporte individual pela bicicleta nos movimentos pendulares da população abrangida por este troço entre as freguesias de Buarcos e São Julião de 1% em 2017 para 5% em 2020.</p>

Tipologia de medidas	<i>(i) o incremento dos modos suaves (bicicleta e pedonal), através da construção de ciclovias ou vias pedonais (excluindo as que tenham fins de lazer como objetivo principal), podendo exigir a eliminação de pontos de acumulação de acidentes que envolvem peões e ciclistas.</i>
----------------------	---

Custo	200 000,00 €
-------	--------------

Horizonte Temporal	2018
--------------------	------

Quem é responsável	Câmara Municipal da Figueira da Foz
--------------------	-------------------------------------

Interdependências	A/1; B/1; C/1; D/1; E/1; E/3; E/4; E/5
-------------------	--

RESULTADOS ESPERADOS (Indicadores de Realização e de Resultado com metas)
<p>Indicador de resultado:</p> <p>Emissão estimada dos gases com efeito de estufa em 2018 (ton/CO2): 3,2</p> <p>Emissão estimada dos gases com efeito de estufa em 2023 (ton/CO2): 16,2</p> <p>Indicador de realização:</p> <p>Vias dedicadas às mobilidades suaves ou à redução de emissões de carbono (m): 450</p>

Financiamento	170 000 €
---------------	-----------

RECEITAS PRÓPRIAS	30 000 €
-------------------	----------

EMPRÉSTIMOS	
-------------	--

ESTRUTURA DE CUSTO DO INVESTIMENTO

ESTUDOS E PROJETOS	10 000 €
AÇÕES IMATERIAIS	0 €
EMPREITADAS	190 000 €
OUTRAS AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	0 €
CERTIFICAÇÕES	0 €
CUSTO DE EXPLORAÇÃO	0 €
TOTAIS	200 000 €

PLANO DE MOBILIDADE URBANA SUSTENTÁVEL (ficha de cada ação)

	Temporalidade	Curto
Percorso Marina da Figueira / Gala	Código da ação (identificador da medida e sequencial dentro da medida)	E/2 (M6)

Localização ou território abrangido	Município da Figueira da Foz, do Cabedelo a Gala
-------------------------------------	--

Objetivos Específicos	Aumento da mobilidade quotidiana pedonal e ciclável entre as duas margens (carreira regular de barco; percursos de modos suaves).
-----------------------	---

DESCRIÇÃO
<p>A mobilidade ciclável constitui um especial desafio na Figueira da Foz, pois, apesar da orografia plana e da forte tradição local de uso da bicicleta, a rede ciclável existente encontra-se algo fragmentada e não suficientemente articulada num plano global de mobilidade quotidiana.</p> <p>A ausência de ligação fluvial regular com a Margem Sul, obriga a população da Cova/Gala a uma deslocação rodoviária pela ponte, bastante longa à escala da Cidade.</p> <p>Desta forma, esta ação propõe a a requalificação do cais do Cabedelo, permitindo a ligação fluvial, num barco "amigo das bicicletas", entre este o cais da Marina da Figueira. É também proposta a qualificação de percursos cicláveis e pedonais até à Gala, numa extensão de 2,5 km.</p> <p>O impacto da implementação desta medida pode ser calculado através da medição da utilização da bicicleta nas deslocações diárias da população. Para tal, está prevista a evolução uma substituição do transporte individual pela bicicleta nos movimentos pendulares da população abrangida por este troço entre as freguesias de Lavos e São Julião de 1% em 2017 para 5% em 2020, para uma distância média de 5km.</p>

Tipologia de medidas	<p>(i) o incremento dos modos suaves (bicicleta e pedonal), através da construção de ciclovias ou vias pedonais (excluindo as que tenham fins de lazer como objetivo principal), podendo exigir a eliminação de pontos de acumulação de acidentes que envolvem peões e ciclistas;</p> <p>(iii) a melhoria da rede de interfaces (incluindo intervenções em estacionamento quando associado às estações ferroviárias ou interfaces de transportes públicos como terminais de autocarros e na periferia de centros urbanos), a sua organização funcional e a sua inserção urbana no território (envolvendo distintas categorias, como as sugeridas no Pacote da Mobilidade, por exemplo, pontos de chegada e correspondência (PCC) ou pequenas e médias interfaces (ECC)), tendo em especial atenção a qualidade do serviço prestado, as suas acessibilidades aos peões e bicicletas, a sua organização funcional e a sua inserção urbana no território</p>
----------------------	---

Custo	400 000,00 €
-------	--------------

Horizonte Temporal	2017
--------------------	------

Quem é responsável	Câmara Municipal da Figueira da Foz + Concessionário de barco (Concurso Público)
--------------------	--

Interdependências	A/1; B/1; C/1; D/1; E/1; E/2; E/4; E/5
-------------------	--

RESULTADOS ESPERADOS (Indicadores de Realização e de Resultado com metas)
<p>Indicador de resultado:</p> <p>Emissão estimada dos gases com efeito de estufa em 2018 (ton/CO2): 4,1</p> <p>Emissão estimada dos gases com efeito de estufa em 2023 (ton/CO2): 20,3</p> <p>Indicador de realização:</p> <p>Vias dedicadas às mobilidades suaves ou à redução de emissões de carbono (m): 3,460</p>

Financiamento	340 000 €
---------------	-----------

RECEITAS PRÓPRIAS	60 000 €
-------------------	----------

EMPRÉSTIMOS	
-------------	--

ESTRUTURA DE CUSTO DO INVESTIMENTO

ESTUDOS E PROJETOS	20 000 €
AÇÕES IMATERIAIS	0 €
EMPREITADAS	380 000 €
OUTRAS AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	0 €
CERTIFICAÇÕES	0 €
CUSTO DE EXPLORAÇÃO	0 €
TOTAIS	400 000 €

PLANO DE MOBILIDADE URBANA SUSTENTÁVEL (ficha de cada ação)

Percurso Estação / Vila Verde	Temporalidade	Curto
	Código da ação <i>(identificador da medida e sequencial dentro da medida)</i>	E/3 (M7)

Localização ou território abrangido	Da Figueira da Foz a Vila Verde
-------------------------------------	---------------------------------

Objetivos Específicos	Aumento da mobilidade ciclável entre a Figueira da Foz e o eixo de Vila Verde.
-----------------------	--

DESCRIÇÃO
<p>A mobilidade ciclável constitui um especial desafio na Figueira da Foz, pois, apesar da orografia plana e da forte tradição local de uso da bicicleta, a rede ciclável existente encontra-se algo fragmentada e não suficientemente articulada num plano global de mobilidade quotidiana.</p> <p>Esta ação consiste no prolongamento da ciclovía ribeirinha ao longo de faixa de ocupação urbana existente, até Lares, numa extensão de 12,8 km, articulando com o circuito de ligação a Coimbra, pelos campos do Mondego.</p>

Tipologia de medidas	<i>(i) o incremento dos modos suaves (bicicleta e pedonal), através da construção de ciclovias ou vias pedonais (excluindo as que tenham fins de lazer como objetivo principal), podendo exigir a eliminação de pontos de acumulação de acidentes que envolvem peões e ciclistas;</i>
----------------------	---

Custo	1 000 000
-------	-----------

Horizonte Temporal	2017
--------------------	------

Quem é responsável	Câmara Municipal da Figueira da Foz
--------------------	-------------------------------------

Interdependências	A/1; B/1; C/1; D/1; E/1; E/2; E/3; E/5
-------------------	--

RESULTADOS ESPERADOS (Indicadores de Realização e de Resultado com metas)
<p>Indicador de realização: Vias dedicadas às mobilidades suaves ou à redução de emissões de carbono (m): 12.780</p> <p>Indicadores de resultado: Emissão estimada dos gases com efeito de estufa em 2018 (ton/CO₂): 9,4 Emissão estimada dos gases com efeito de estufa em 2023 (ton/CO₂): 54,5</p>

Financiamento	850 000 €
---------------	-----------

RECEITAS PRÓPRIAS	150 000 €
-------------------	-----------

EMPRÉSTIMOS	
-------------	--

ESTRUTURA DE CUSTO DO INVESTIMENTO

ESTUDOS E PROJETOS	50 000 €
AÇÕES IMATERIAIS	0 €
EMPREITADAS	950 000 €
OUTRAS AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	0 €
CERTIFICAÇÕES	0 €
CUSTO DE EXPLORAÇÃO	0 €
TOTAIS	1 000 000 €

PLANO DE MOBILIDADE URBANA SUSTENTÁVEL (ficha de cada ação)

Percurso ciclável das Abadias	Temporalidade	Curto
	Código da ação <i>(identificador da medida e sequencial dentro da medida)</i>	E/4 (M8)

Localização ou território abrangido	Município da Figueira da Foz
-------------------------------------	------------------------------

Objetivos Específicos	Integração da pista ciclável das Abadias na rede da cidade. Resolver estrangulamentos existentes.
-----------------------	--

DESCRIÇÃO
<p>A mobilidade ciclável constitui um especial desafio na Figueira da Foz, pois, apesar da orografia plana e da forte tradição local de uso da bicicleta, a rede ciclável existente encontra-se algo fragmentada e não suficientemente articulada num plano global de mobilidade quotidiana.</p> <p>Esta ação propõe a integração dos percursos cicláveis existentes ao longo do parque verde das Abadias na rede, resolvendo o atravessamento em áreas de conflito, sinalizando e melhorando troços que o justifiquem, numa extensão de cerca de 500 m. Será necessária a aquisição de logradouro, o que irá reforçar a relação Jardim/ Vale das Abadias. Desta forma é criado um canal de circulação contínuo, com cerca de 2km de extensão, ligando a rotunda Engenheiro Coelho Jordão à Avenida Foz do Mondego.</p> <p>O impacto da implementação desta medida pode ser calculado através da medição da utilização da bicicleta nas deslocações diárias da população. Para tal, está prevista a evolução uma substituição do transporte individual pela bicicleta nos movimentos pendulares da população abrangida por este troço na freguesia de São Julião de 1% em 2017 para 5% em 2020, para uma distância média de 3km.</p>

Tipologia de medidas	<i>(i) o incremento dos modos suaves (bicicleta e pedonal), através da construção de ciclovias ou vias pedonais (excluindo as que tenham fins de lazer como objetivo principal), podendo exigir a eliminação de pontos de acumulação de acidentes que envolvem peões e ciclistas;</i>
----------------------	---

Custo	200 000,00 €
-------	--------------

Horizonte Temporal	2017
--------------------	------

Quem é responsável	Câmara Municipal da Figueira da Foz
--------------------	-------------------------------------

Interdependências	A/1; B/1; C/1; D/1; E/1; E/2; E/3; E/4
-------------------	--

RESULTADOS ESPERADOS (Indicadores de Realização e de Resultado com metas)
<p>Indicador de resultado: Emissão estimada dos gases com efeito de estufa em 2018 (ton/CO₂): 18 Emissão estimada dos gases com efeito de estufa em 2023 (ton/CO₂): 90,2</p> <p>Indicador de realização: Vias dedicadas às mobilidades suaves ou à redução de emissões de carbono (m): 500</p>

Financiamento	170 000 €
---------------	-----------

RECEITAS PRÓPRIAS	30 000 €
-------------------	----------

EMPRÉSTIMOS	
-------------	--

ESTRUTURA DE CUSTO DO INVESTIMENTO

ESTUDOS E PROJETOS	10 000 €
AÇÕES IMATERIAIS	0 €
EMPREITADAS	190 000 €
OUTRAS AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	0 €
CERTIFICAÇÕES	0 €
CUSTO DE EXPLORAÇÃO	0 €
TOTAIS	200 000 €

PLANO DE AÇÃO DE REGENERAÇÃO URBANA

FICHA DE CARACTERIZAÇÃO DA INTERVENÇÃO PROPOSTA

AUTORIDADE URBANA	Município da Figueira da Foz
ÁREA A INTERVIR	ARU Buarcos
TIPO DE INTERVENÇÃO	DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO
Espaço Público	Qualificação da Frente marítima de Buarcos (B1)
OUTRAS ENTIDADES ENVOLVIDAS	

INVESTIMENTO

NATUREZA DO INVESTIMENTO	PUBLICO	PRIVADO	TOTAL
VALOR TOTAL DO INVESTIMENTO	2 500 000 €	0 €	2 500 000 €
ESTRUTURA DE CUSTOS DO INVESTIMENTO			
ESTUDOS E PROJETOS	125 000 €	0 €	125 000 €
AÇÕES IMATERIAIS	0 €	0 €	0 €
FORMAÇÃO	0 €	0 €	0 €
EMPREITADAS	2 375 000 €	0 €	2 375 000 €
AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	0 €	0 €	0 €
CERTIFICAÇÕES	0 €	0 €	0 €
TOTAIS	2 500 000 €	0 €	2 500 000 €

PLANO DE AÇÃO DE REGENERAÇÃO URBANA		AUTORIDADE URBANA	Município da Figueira da Foz		
TIPO DE INTERVENÇÃO	DESIGNAÇÃO DA INTERVENÇÃO	OUTRAS ENTIDADES ENVOLVIDAS	NATUREZA DO INVESTIMENTO		
			PUBLICO	PRIVADO	TOTAL
Espaço Público	Qualificação da Frente marítima de Buarcos (B1)		2 500 000 €	0 €	2 500 000 €
Edifícios			0 €	0 €	0 €
Reconv de Espaços e unid industriais aband			0 €	0 €	0 €
Ações de gestão e animação da área urbana			0 €	0 €	0 €
Ações de promoção da atividade económica			0 €	0 €	0 €
			0 €	0 €	0 €
			0 €	0 €	0 €
			0 €	0 €	0 €
			0 €	0 €	0 €
			2 500 000 €	0 €	2 500 000 €

PLANO DE AÇÃO DE REGENERAÇÃO URBANA

FICHA DE CARACTERIZAÇÃO DA INTERVENÇÃO PROPOSTA

AUTORIDADE URBANA	Município da Figueira da Foz
ÁREA A INTERVIR	ARU Figueira, Núcleo Antigo
TIPO DE INTERVENÇÃO	DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO
Espaço Público	Requalificação do núcleo antigo da Figueira da Foz - Desde a Praça 8 de Maio até à R.Heróis do Ultramar (F1)
OUTRAS ENTIDADES ENVOLVIDAS	

INVESTIMENTO

NATUREZA DO INVESTIMENTO	PUBLICO	PRIVADO	TOTAL
VALOR TOTAL DO INVESTIMENTO	1 150 000 €	0 €	1 150 000 €
ESTRUTURA DE CUSTOS DO INVESTIMENTO			
ESTUDOS E PROJETOS	172 500 €	0 €	172 500 €
AÇÕES IMATERIAIS	0 €	0 €	0 €
FORMAÇÃO	0 €	0 €	0 €
EMPREITADAS	977 500 €	0 €	977 500 €
AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	0 €	0 €	0 €
CERTIFICAÇÕES	0 €	0 €	0 €
TOTAIS	1 150 000 €	0 €	1 150 000 €

PLANO DE AÇÃO DE REGENERAÇÃO URBANA		AUTORIDADE URBANA	Município da Figueira da Foz		
TIPO DE INTERVENÇÃO	DESIGNAÇÃO DA INTERVENÇÃO	OUTRAS ENTIDADES ENVOLVIDAS	NATUREZA DO INVESTIMENTO		
			PUBLICO	PRIVADO	TOTAL
Espaço Público	Requalificação do núcleo antigo da Figueira da Foz - Desde a Praça 8 de Maio até à R.Heróis do Ultramar (F1)		1 150 000 €	0 €	1 150 000 €
Edifícios			0 €	0 €	0 €
Reconv de Espaços e unid industriais aband			0 €	0 €	0 €
Ações de gestão e animação da área urbana			0 €	0 €	0 €
Ações de promoção da atividade económica			0 €	0 €	0 €
			0 €	0 €	0 €
			0 €	0 €	0 €
			0 €	0 €	0 €
			0 €	0 €	0 €
			0 €	0 €	0 €
			1 150 000 €	0 €	1 150 000 €

PLANO DE AÇÃO DE REGENERAÇÃO URBANA

FICHA DE CARACTERIZAÇÃO DA INTERVENÇÃO PROPOSTA

**AUTORIDADE
URBANA**

Município da Figueira da Foz

**ÁREA A
INTERVIR**

ARU Figueira, Núcleo Antigo

TIPO DE INTERVENÇÃO

DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO

Espaço Público

Requalificação do núcleo antigo da Figueira da Foz -
Desde a Praça Velha/Largo do Carvão até à R.Visconde da
M.Grande (**F2**)

OUTRAS ENTIDADES ENVOLVIDAS

INVESTIMENTO

NATUREZA DO INVESTIMENTO

PUBLICO

PRIVADO

TOTAL

VALOR TOTAL DO INVESTIMENTO

1 500 000 €

0 €

1 500 000 €

ESTRUTURA DE CUSTOS DO INVESTIMENTO

ESTUDOS E PROJETOS

225 000 €

0 €

225 000 €

AÇÕES IMATERIAIS

0 €

0 €

0 €

FORMAÇÃO

0 €

0 €

0 €

EMPREITADAS

1 275 000 €

0 €

1 275 000 €

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS

0 €

0 €

0 €

CERTIFICAÇÕES

0 €

0 €

0 €

TOTAIS

1 500 000 €

0 €

1 500 000 €

PLANO DE AÇÃO DE REGENERAÇÃO URBANA		AUTORIDADE URBANA	Município da Figueira da Foz		
TIPO DE INTERVENÇÃO	DESIGNAÇÃO DA INTERVENÇÃO	OUTRAS ENTIDADES ENVOLVIDAS	NATUREZA DO INVESTIMENTO		
			PUBLICO	PRIVADO	TOTAL
Espaço Público	Requalificação do núcleo antigo da Figueira da Foz - Desde a Praça Velha/Largo do Carvão até à Rua Visconde da M.Grande(F2)		1 500 000 €	0 €	1 500 000 €
Edifícios			0 €	0 €	0 €
Reconv de Espaços e unid industriais aband			0 €	0 €	0 €
Ações de gestão e animação da área urbana			0 €	0 €	0 €
Ações de promoção da atividade económica			0 €	0 €	0 €
			0 €	0 €	0 €
			0 €	0 €	0 €
			0 €	0 €	0 €
			0 €	0 €	0 €
			1 500 000 €	0 €	1 500 000 €

PLANO DE AÇÃO DE REGENERAÇÃO URBANA

FICHA DE CARACTERIZAÇÃO DA INTERVENÇÃO PROPOSTA

AUTORIDADE URBANA	Município da Figueira da Foz
ÁREA A INTERVIR	ARU Figueira, Núcleo Antigo
TIPO DE INTERVENÇÃO	DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO
Espaço Público	Requalificação do núcleo antigo da Figueira da Foz - Jardim Municipal e envolvente (F3)
OUTRAS ENTIDADES ENVOLVIDAS	

INVESTIMENTO

NATUREZA DO INVESTIMENTO	PUBLICO	PRIVADO	TOTAL
VALOR TOTAL DO INVESTIMENTO	400 000 €	0 €	400 000 €
ESTRUTURA DE CUSTOS DO INVESTIMENTO			
ESTUDOS E PROJETOS	60 000 €	0 €	60 000 €
AÇÕES IMATERIAIS	0 €	0 €	0 €
FORMAÇÃO	0 €	0 €	0 €
EMPREITADAS	340 000 €	0 €	340 000 €
AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	0 €	0 €	0 €
CERTIFICAÇÕES	0 €	0 €	0 €
TOTAIS	400 000 €	0 €	400 000 €

PLANO DE AÇÃO DE REGENERAÇÃO URBANA		AUTORIDADE URBANA	Município da Figueira da Foz		
TIPO DE INTERVENÇÃO	DESIGNAÇÃO DA INTERVENÇÃO	OUTRAS ENTIDADES ENVOLVIDAS	NATUREZA DO INVESTIMENTO		
			PUBLICO	PRIVADO	TOTAL
Espaço Público	Requalificação do núcleo antigo da Figueira da Foz - Jardim Municipal e envolvente (F3)		400 000 €	0 €	400 000 €
Edifícios			0 €	0 €	0 €
Reconv de Espaços e unid industriais aband			0 €	0 €	0 €
Ações de gestão e animação da área urbana			0 €	0 €	0 €
Ações de promoção da atividade económica			0 €	0 €	0 €
			0 €	0 €	0 €
			0 €	0 €	0 €
			0 €	0 €	0 €
			0 €	0 €	0 €
			400 000 €	0 €	400 000 €

PLANO DE AÇÃO DE REGENERAÇÃO URBANA

FICHA DE CARACTERIZAÇÃO DA INTERVENÇÃO PROPOSTA

AUTORIDADE URBANA	Município da Figueira da Foz
-------------------	------------------------------

ÁREA A INTERVIR	ARU Figueira, Núcleo Antigo
-----------------	-----------------------------

TIPO DE INTERVENÇÃO	DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO
---------------------	--------------------------

Reabilitação do edifício	Requalificação do antigo Quartel dos Bombeiros (F4)
--------------------------	---

OUTRAS ENTIDADES ENVOLVIDAS	

INVESTIMENTO

NATUREZA DO INVESTIMENTO	PUBLICO	PRIVADO	TOTAL
VALOR TOTAL DO INVESTIMENTO	500 000 €	0 €	500 000 €

ESTRUTURA DE CUSTOS DO INVESTIMENTO

ESTUDOS E PROJETOS	25 000 €	0 €	25 000 €
AÇÕES IMATERIAIS	0 €	0 €	0 €
FORMAÇÃO	0 €	0 €	0 €
EMPREITADAS	475 000 €	0 €	475 000 €
AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	0 €	0 €	0 €
CERTIFICAÇÕES	0 €	0 €	0 €
TOTAIS	500 000 €	0 €	500 000 €

PLANO DE AÇÃO DE REGENERAÇÃO URBANA			AUTORIDADE URBANA			Município da Figueira da Foz		
TIPO DE INTERVENÇÃO	DESIGNAÇÃO DA INTERVENÇÃO	OUTRAS ENTIDADES ENVOLVIDAS	NATUREZA DO INVESTIMENTO			PUBLICO	PRIVADO	TOTAL
Espaço Público						0 €	0 €	0 €
Edifícios	Requalificação do antigo Quartel dos Bombeiros (F4)					500 000 €	0 €	500 000 €
Reconv de Espaços e unid industriais aband						0 €	0 €	0 €
Ações de gestão e animação da área urbana						0 €	0 €	0 €
Ações de promoção da atividade económica						0 €	0 €	0 €
						0 €	0 €	0 €
						0 €	0 €	0 €
						0 €	0 €	0 €
						0 €	0 €	0 €
						0 €	0 €	0 €
						500 000 €	0 €	500 000 €

PLANO DE AÇÃO DE REGENERAÇÃO URBANA

FICHA DE CARACTERIZAÇÃO DA INTERVENÇÃO PROPOSTA

AUTORIDADE URBANA	Município da Figueira da Foz
-------------------	------------------------------

ÁREA A INTERVIR	ARU Figueira, Núcleo Antigo
-----------------	-----------------------------

TIPO DE INTERVENÇÃO	DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO
---------------------	--------------------------

Edifício	Reabilitação do antigo edifício da PSP (F5)
----------	---

OUTRAS ENTIDADES ENVOLVIDAS	

INVESTIMENTO

NATUREZA DO INVESTIMENTO	PUBLICO	PRIVADO	TOTAL
VALOR TOTAL DO INVESTIMENTO	500 000 €	0 €	500 000 €

ESTRUTURA DE CUSTOS DO INVESTIMENTO

ESTUDOS E PROJETOS	75 000 €	0 €	75 000 €
AÇÕES IMATERIAIS	0 €	0 €	0 €
FORMAÇÃO	0 €	0 €	0 €
EMPREITADAS	425 000 €	0 €	425 000 €
AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	0 €	0 €	0 €
CERTIFICAÇÕES	0 €	0 €	0 €
TOTAIS	500 000 €	0 €	500 000 €

PLANO DE AÇÃO DE REGENERAÇÃO URBANA		AUTORIDADE URBANA	Município da Figueira da Foz		
TIPO DE INTERVENÇÃO	DESIGNAÇÃO DA INTERVENÇÃO	OUTRAS ENTIDADES ENVOLVIDAS	NATUREZA DO INVESTIMENTO		
			PUBLICO	PRIVADO	TOTAL
Espaço Público	Reabilitação do antigo edifício da PSP (F5)		500 000 €	0 €	500 000 €
Edifícios			0 €	0 €	0 €
Reconv de Espaços e unid industriais aband			0 €	0 €	0 €
Ações de gestão e animação da área urbana			0 €	0 €	0 €
Ações de promoção da atividade económica			0 €	0 €	0 €
			0 €	0 €	0 €
			0 €	0 €	0 €
			0 €	0 €	0 €
			0 €	0 €	0 €
			0 €	0 €	0 €
			500 000 €	0 €	500 000 €

PLANO DE AÇÃO DE REGENERAÇÃO URBANA

FICHA DE CARACTERIZAÇÃO DA INTERVENÇÃO PROPOSTA

AUTORIDADE URBANA	Município da Figueira da Foz
-------------------	------------------------------

ÁREA A INTERVIR	ARU Figueira, Bairro Novo
-----------------	---------------------------

TIPO DE INTERVENÇÃO	DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO
---------------------	--------------------------

Reabilitação do edifício	Reabilitação do Castelo Engenheiro Silva (F6)
--------------------------	---

OUTRAS ENTIDADES ENVOLVIDAS	

INVESTIMENTO

NATUREZA DO INVESTIMENTO	PUBLICO	PRIVADO	TOTAL
VALOR TOTAL DO INVESTIMENTO	350 000 €	0 €	350 000 €

ESTRUTURA DE CUSTOS DO INVESTIMENTO

ESTUDOS E PROJETOS	17 500 €	0 €	17 500 €
AÇÕES IMATERIAIS	0 €	0 €	0 €
FORMAÇÃO	0 €	0 €	0 €
EMPREITADAS	332 500 €	0 €	332 500 €
AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	0 €	0 €	0 €
CERTIFICAÇÕES	0 €	0 €	0 €
TOTAIS	350 000 €	0 €	350 000 €

PLANO DE AÇÃO DE REGENERAÇÃO URBANA		AUTORIDADE URBANA	Município da Figueira da Foz		
TIPO DE INTERVENÇÃO	DESIGNAÇÃO DA INTERVENÇÃO	OUTRAS ENTIDADES ENVOLVIDAS	NATUREZA DO INVESTIMENTO		
			PUBLICO	PRIVADO	TOTAL
Espaço Público	Reabilitação do Castelo Engenheiro Silva (F6)		0 €	0 €	0 €
Edifícios			350 000 €	0 €	350 000 €
Reconv de Espaços e unid industriais aband			0 €	0 €	0 €
Ações de gestão e animação da área urbana			0 €	0 €	0 €
Ações de promoção da atividade económica			0 €	0 €	0 €
			0 €	0 €	0 €
			0 €	0 €	0 €
			0 €	0 €	0 €
			0 €	0 €	0 €
			0 €	0 €	0 €
			350 000 €	0 €	350 000 €

PLANO DE AÇÃO DE REGENERAÇÃO URBANA

FICHA DE CARACTERIZAÇÃO DA INTERVENÇÃO PROPOSTA

AUTORIDADE URBANA	Município da Figueira da Foz
ÁREA A INTERVIR	ARU Figueira, Bairro Novo
TIPO DE INTERVENÇÃO	DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO
Espaço público	Reabilitação da zona envolvente do Coliseu Figueirense Figueirense (F7)
OUTRAS ENTIDADES ENVOLVIDAS	

INVESTIMENTO

NATUREZA DO INVESTIMENTO	PUBLICO	PRIVADO	TOTAL
VALOR TOTAL DO INVESTIMENTO	150 000 €	0 €	150 000 €
ESTRUTURA DE CUSTOS DO INVESTIMENTO			
ESTUDOS E PROJETOS	22 500 €	0 €	22 500 €
AÇÕES IMATERIAIS	0 €	0 €	0 €
FORMAÇÃO	0 €	0 €	0 €
EMPREITADAS	127 500 €	0 €	127 500 €
AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	0 €	0 €	0 €
CERTIFICAÇÕES	0 €	0 €	0 €
TOTAIS	150 000 €	0 €	150 000 €

PLANO DE AÇÃO DE REGENERAÇÃO URBANA		AUTORIDADE URBANA	Município da Figueira da Foz		
TIPO DE INTERVENÇÃO	DESIGNAÇÃO DA INTERVENÇÃO	OUTRAS ENTIDADES ENVOLVIDAS	NATUREZA DO INVESTIMENTO		
			PUBLICO	PRIVADO	TOTAL
Espaço Público	Reabilitação da zona envolvente do Coliseu Figueirense (F7)		150 000 €	0 €	150 000 €
Edifícios			0 €	0 €	0 €
Reconv de Espaços e unid industriais aband			0 €	0 €	0 €
Ações de gestão e animação da área urbana			0 €	0 €	0 €
Ações de promoção da atividade económica			0 €	0 €	0 €
			0 €	0 €	0 €
			0 €	0 €	0 €
			0 €	0 €	0 €
			0 €	0 €	0 €
			150 000 €	0 €	150 000 €

PLANO DE AÇÃO DE REGENERAÇÃO URBANA

FICHA DE CARACTERIZAÇÃO DA INTERVENÇÃO PROPOSTA

AUTORIDADE URBANA	Município da Figueira da Foz
ÁREA A INTERVIR	ARU Cabedelo
TIPO DE INTERVENÇÃO	DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO
Espaço Público	Requalificação urbana do Cabedelo (C1)
OUTRAS ENTIDADES ENVOLVIDAS	

INVESTIMENTO			
NATUREZA DO INVESTIMENTO	PUBLICO	PRIVADO	TOTAL
VALOR TOTAL DO INVESTIMENTO	1 750 000 €	0 €	1 750 000 €
ESTRUTURA DE CUSTOS DO INVESTIMENTO			
ESTUDOS E PROJETOS	137 500 €	0 €	137 500 €
AÇÕES IMATERIAIS	0 €	0 €	0 €
FORMAÇÃO	0 €	0 €	0 €
EMPREITADAS	1 612 500 €	0 €	1 612 500 €
AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	0 €	0 €	0 €
CERTIFICAÇÕES	0 €	0 €	0 €
TOTAIS	1 750 000 €	0 €	1 750 000 €

PLANO DE AÇÃO DE REGENERAÇÃO URBANA		AUTORIDADE URBANA	Município da Figueira da Foz		
TIPO DE INTERVENÇÃO	DESIGNAÇÃO DA INTERVENÇÃO	OUTRAS ENTIDADES ENVOLVIDAS	NATUREZA DO INVESTIMENTO		
			PUBLICO	PRIVADO	TOTAL
Espaço Público	Requalificação urbana do Cabedelo (C1)		1 750 000 €	0 €	1 750 000 €
Edifícios			0 €	0 €	0 €
Reconv de Espaços e unid industriais aband			0 €	0 €	0 €
Ações de gestão e animação da área urbana			0 €	0 €	0 €
Ações de promoção da atividade económica			0 €	0 €	0 €
			0 €	0 €	0 €
			0 €	0 €	0 €
			0 €	0 €	0 €
			0 €	0 €	0 €
			1 750 000 €	0 €	1 750 000 €

PLANO DE AÇÃO DE REGENERAÇÃO URBANA

FICHA DE CARACTERIZAÇÃO DA INTERVENÇÃO PROPOSTA

AUTORIDADE URBANA	Município da Figueira da Foz
ÁREA A INTERVIR	ARU Cabedelo
TIPO DE INTERVENÇÃO	DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO
Espaço Público	Áreas de lazer de apoio à praia (C2)
OUTRAS ENTIDADES ENVOLVIDAS	

INVESTIMENTO			
NATUREZA DO INVESTIMENTO	PUBLICO	PRIVADO	TOTAL
VALOR TOTAL DO INVESTIMENTO	1 000 000 €	0 €	1 000 000 €
ESTRUTURA DE CUSTOS DO INVESTIMENTO			
ESTUDOS E PROJETOS	75 000 €	0 €	75 000 €
AÇÕES IMATERIAIS	0 €	0 €	0 €
FORMAÇÃO	0 €	0 €	0 €
EMPREITADAS	925 000 €	0 €	925 000 €
AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	0 €	0 €	0 €
CERTIFICAÇÕES	0 €	0 €	0 €
TOTAIS	1 000 000 €	0 €	1 000 000 €

PLANO DE AÇÃO DE REGENERAÇÃO URBANA		AUTORIDADE URBANA	Município da Figueira da Foz		
TIPO DE INTERVENÇÃO	DESIGNAÇÃO DA INTERVENÇÃO	OUTRAS ENTIDADES ENVOLVIDAS	NATUREZA DO INVESTIMENTO		
			PUBLICO	PRIVADO	TOTAL
Espaço Público	Áreas de lazer de apoio à praia (C2)		1 000 000 €	0 €	1 000 000 €
Edifícios			0 €	0 €	0 €
Reconv de Espaços e unid industriais aband			0 €	0 €	0 €
Ações de gestão e animação da área urbana			0 €	0 €	0 €
Ações de promoção da atividade económica			0 €	0 €	0 €
			0 €	0 €	0 €
			0 €	0 €	0 €
			0 €	0 €	0 €
			0 €	0 €	0 €
			1 000 000 €	0 €	1 000 000 €

PLANO DE AÇÃO DE REGENERAÇÃO URBANA

FICHA DE CARACTERIZAÇÃO DA INTERVENÇÃO PROPOSTA

AUTORIDADE URBANA	Município da Figueira da Foz
ÁREA A INTERVIR	ARU Buarcos + ARU Figueira, Núcleo Antigo e Bairro Novo + ARU Cabedelo
TIPO DE INTERVENÇÃO	DESCRICÃO DA INTERVENÇÃO
Edifícios	Reabilitação de edifícios por privados com recurso a Instrumento Financiamento (F/B/C) (2 500 000€ FEDER + 2 500 000€ Banca retalhista) Total previsional: 5 000 000€
OUTRAS ENTIDADES ENVOLVIDAS	

INVESTIMENTO			
NATUREZA DO INVESTIMENTO	PUBLICO	PRIVADO	TOTAL
VALOR TOTAL DO INVESTIMENTO	0 €	5 000 000 €	5 000 000 €
ESTRUTURA DE CUSTOS DO INVESTIMENTO			
ESTUDOS E PROJETOS	0 €	p.m.	0 €
AÇÕES IMATERIAIS	p.m.	0 €	0 €
FORMAÇÃO	0 €	0 €	0 €
EMPREITADAS	0 €	5 000 000 €	5 000 000 €
AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	0 €	0 €	0 €
CERTIFICAÇÕES	p.m.	0 €	0 €
TOTAIS	0 €	5 000 000 €	5 000 000 €

PLANO DE AÇÃO DE REGENERAÇÃO URBANA		AUTORIDADE URBANA	Município da Figueira da Foz		
TIPO DE INTERVENÇÃO	DESIGNAÇÃO DA INTERVENÇÃO	OUTRAS ENTIDADES ENVOLVIDAS	NATUREZA DO INVESTIMENTO		
			PUBLICO	PRIVADO	TOTAL
Espaço Público			0 €	0 €	0 €
Edifícios	Reabilitação de edifícios por privados com recurso a Instrumento Financiamento (F/B/C)			5 000 000 €	5 000 000 €
Reconv de Espaços e unid industriais aband			0 €	0 €	0 €
Ações de gestão e animação da área urbana			0 €	0 €	0 €
Ações de promoção da atividade económica			0 €	0 €	0 €
			0 €	0 €	0 €
			0 €	0 €	0 €
			0 €	0 €	0 €
			0 €	0 €	0 €
			0 €	0 €	0 €
			0 €	5 000 000 €	5 000 000 €